

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CGE)

RELATÓRIO DE GESTÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CGE)

EXERCÍCIO 2024





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CGE)
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Relatório de Gestão da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE) Exercício 2024

Documento elaborado em conformidade com a [Instrução Normativa nº 14/2011](#) e a
Decisão Normativa TCEMG nº 01/2025.

BELO HORIZONTE

MARÇO

2025



Nosso *propósito*

Ser integridade e eficiência por uma **sociedade** melhor.



Nossa *missão*

Aprimorar a gestão pública mineira, por meio da auditoria interna, da correição, da prevenção e combate à corrupção, promovendo eficiência, integridade, transparência e participação social.



Nossa *visão*

Ser excelência como órgão de controle interno, que contribui para uma administração pública íntegra, transparente e eficaz.



Nossos *valores*

- Integridade
- Comprometimento
- Integração e cooperação
- Independência técnica
- Humanização
- Foco no interesse público

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
Rodovia Papa João Paulo II, 4.000 – Prédio Gerais, 12º andar
Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG – CEP: 31630-901

CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda

CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO ADJUNTA

Luciana Cássia Nogueira

CHEFE DE GABINETE

Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL

Gabinete; Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças; Auditoria-Geral;
Corregedoria Geral; Subcontroladoria de Transparência, Integridade e Controle
Social; Assessoria Estratégica e de Gestão de Riscos

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues
Adriana Dolabela Alves de Sousa
Jaqueline Pereira Natório Teodoro
Ronaldo Cetano Alves da Silva

COLABORAÇÃO

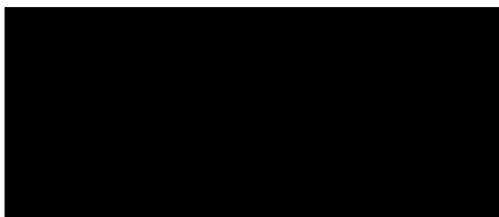
Nome dos agentes envolvidos, em ordem alfabética

EDITORAÇÃO

Gabriela Luiza Soares Miranda

REVISÃO FINAL

Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues





É permitida a reprodução do conteúdo deste material, desde que citada a fonte.

Como citar este material:

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CGE-MG. Relatório de Gestão da Controladoria-Geral do Estado referente ao exercício de 2024. Belo Horizonte: CGE-MG, 2024.

MENSAGEM DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

A Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE) encerrou o exercício de 2024 com o sentimento de dever cumprido, mas também com o desejo de colaborar para que Minas continue avançando. É certo que, ao longo desta gestão, o Poder Executivo Estadual mineiro consolidou-se como expoente em controle interno e boas práticas de governança e, dada essa *expertise*, sentimos a necessidade de compartilhar o que temos vivido e aprendido, a fim de contribuir para o fortalecimento do sistema de controle interno em nosso estado.

Unidos nesse propósito, a CGE trabalhou para impulsionar o crescimento do Conselho Estadual de Controle Interno de Minas Gerais (Coneci-MG), que hoje está presente nas grandes cidades da região metropolitana de Belo Horizonte e em municípios menores, como Araçaí, que conta com pouco mais de 2 mil habitantes. Hoje, o Coneci-MG conta com 117 membros e está presente em 95 municípios.

Ao longo da atual gestão, o sistema de controle interno estadual mineiro passou por uma série de inovações, alcançando novo patamar de maturidade. Nesse sentido, a Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE) conquistou, no ano de 2022, o Nível II do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), metodologia internacional que mede a qualidade e eficiência das atividades de auditoria das instituições. Minas Gerais foi o segundo Estado do país a receber a certificação Nível II e, atualmente, continua trabalhando para alcançar a institucionalização do Nível III, com previsão de receber nova avaliação ainda no exercício de 2025.

Conquistamos, pelo segundo ano consecutivo, o Selo Diamante de qualidade em Transparência, certificação concedida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), resultado que corrobora o nosso compromisso para com uma gestão cada vez mais íntegra e transparente.

O ano de 2024 também trouxe importantes marcos para a agenda anticorrupção em Minas Gerais. Estreitamos os laços do trabalho em rede à frente da coordenação da Ação Integrada da Rede de Combate à Corrupção de Minas Gerais (Arcco-MG) e a Rede de Controle da Gestão Pública. Celebramos 6º Acordo de Leniência do Estado e recebemos, até agora, R\$ 115,4 milhões por força dos acordos.

Esses resultados sintetizam os avanços do Estado na prevenção e no combate à corrupção e servem como motor para que a CGE possa continuar trabalhando com integridade e eficiência, a fim de entregar serviços públicos de qualidade aos mineiros.

Alta Administração CGE.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Introdução | 13 |
| 1. Visão geral da CGE | 14 |
| 1.1. Estrutura organizacional da CGE | 15 |
| 1.2. Legislação aplicável | 17 |
| 2. Descrição do programa de trabalho da CGE previsto na LOA 2024 e informações sobre os programas de ações de governo sob responsabilidade da CGE | 18 |
| 2.1. Programa 0001 – Minas Íntegra e Transparente | 18 |
| 2.1.1. Indicadores | 18 |
| 2.1.1.1. Percentual De Conselhos De Políticas Públicas Previstos Na Lei Nº 24.313, De 2023 Com Informações Divulgadas No Portal Dos Conselhos | 18 |
| 2.1.1.2. Percentual de Pedidos da Lei de Acesso À Informação Respondidos No Prazo Legal | 19 |
| 2.1.2. Ação 4304 – Promoção do Acesso à Informação e da Transparência | 19 |
| 2.1.3. Ação 4305 – Fortalecimento da Integridade Pública e Privada | 24 |
| 2.1.4. Ação 4306 – Fomento ao Controle Social | 26 |
| 2.2. Programa 0002 – Auditoria Interna para o Futuro | 28 |
| 2.2.1. Indicadores | 30 |
| 2.2.2. Percentual de Execução do Plano Anual de Auditoria Interna | 30 |
| 2.2.3. Percentual de Implementação do Nível 3 IA-CM (modelo de Capacidade de Auditoria Interna) | 31 |
| 2.2.4. Ação 4307 – Fortalecimento de Serviços de Auditoria Interna para Agregar Valor à Gestão Pública Estadual | 31 |

| | | |
|--------|--|----|
| 2.2.5. | Ação 4308 – Aprimoramento da Capacidade de Auditoria Interna nos Padrões Internacionais..... | 33 |
| 2.2.6. | Ação 4309 – Estruturação Tecnológica e Institucionalização da Auditoria Contínua..... | 35 |
| 2.3. | Programa 0003 – Enfrentamento da Corrupção e Recuperação de Ativos | 37 |
| 2.3.1. | Indicadores | 38 |
| 2.3.2. | Índice de Efetividade das Ações Investigativas | 38 |
| 2.3.3. | Percentual de eliminação do passivo de processos administrativos disciplinares | 39 |
| 2.3.4. | Ação 4303 – Execução de Ações Investigativas e Recuperação de Ativos | 40 |
| 2.3.5. | Ação 4310 – Fortalecimento da Prevenção a Ilícitos Administrativos.. | 41 |
| 2.3.6. | Ação 4311 – Apuração de Responsabilidade de Agentes Públicos e Pessoas Jurídicas | 45 |
| 2.4 | Programa 0004 - CGE Integrada e Eficiente | 46 |
| 2.4.1 | Indicador | 47 |
| 2.4.2 | Percentual de Execução do Plano de Atividade de Controle Interno... | 47 |
| 2.4.3 | Ação 4312 – Fortalecimento Do Controle Interno E Das Redes De Controle | 48 |
| 2.4.4 | Ação 4313 – Coordenação das Unidades Descentralizadas da CGE . | 49 |
| 2.4.5 | Ação 4314 – Governança TIC para o controle interno..... | 51 |
| 2.5 | Programa 0705 – Apoio às Políticas Públicas | 54 |
| 2.5.1 | – Ação 2500 – Assessoramento e Gerenciamento de Políticas Públicas | 54 |

| | |
|--|----|
| 3. Relatório circunstanciado e parecer conclusivo do Controlador-Geral do Estado dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor | 55 |
| 4. Conformidade e desempenho da gestão no exercício de 2024, em face do planejamento organizacional e do alcance de resultados, utilizando-se de indicadores consoantes às ações e metas estabelecidas | 56 |
| 4.1. Governança | 56 |
| 4.2. Estratégia | 57 |
| 4.3. Gestão de riscos | 58 |
| 4.4. Gestão da integridade organizacional | 58 |
| 4.5. Sustentabilidade ambiental e responsabilidade social | 59 |
| 5. Demonstração da composição dos recursos da CGE | 59 |
| 5.1. Recursos ordinários | 59 |
| 5.2. Recursos vinculados | 60 |
| 5.3. Recursos diretamente arrecadados | 60 |
| 6. Demonstração do comprometimento da receita corrente líquida com a despesa total de pessoal | 60 |
| 7. Relação dos decretos de abertura de créditos adicionais | 60 |
| 8. Informações relativas à execução de despesa de exercícios anteriores | 61 |
| 9. Esclarecimentos adicionais | 63 |
| 9.1. Mensuração do nível de realização das previsões de receita | 63 |
| 9.2. Arrecadação da receita no aspecto patrimonial | 65 |
| 9.3. Exame da relação entre as despesas fixadas e incorridas no período | 66 |
| 9.4. Despesa realizada por mês | 67 |

| | | |
|---------|---|----|
| 9.5. | Despesa realizada por grupo de despesa..... | 67 |
| 9.6. | Despesa Realizada por Elemento item da Despesa | 69 |
| 9.7. | Gestão Financeira..... | 71 |
| 9.8. | Avaliação do Pagamento | 71 |
| 9.8.1. | Despesas realizadas por categoria econômica | 71 |
| 9.8.2. | Execução dos Restos a Pagar..... | 72 |
| 9.8.3. | Inscrição de Restos a Pagar | 73 |
| 9.9. | Gestão Contábil | 74 |
| 9.9.1. | Análise das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASPs)..... | 74 |
| 9.9.2. | Análise Comparativa dos Balanços Orçamentários -Exercícios de 2023 e 2024 | 75 |
| 9.9.3. | Análise comparativa dos Balanços Patrimoniais – Exercícios de 2024 e 2023 | 79 |
| 9.9.4. | Análise Comparativa dos Balanços Financeiros – Exercícios de 2023 e 2024 | 81 |
| 9.9.5. | Análise comparativa dos Fluxos de Caixa - Exercícios de 2023 e 2024 | 83 |
| 9.9.6. | Análise comparativa da Demonstração das Variações Patrimoniais dos exercício de 2023 e 2024 | 85 |
| 9.9.7. | Das contas que compõem o Balanço Patrimonial (BP) | 88 |
| 9.9.8. | Evolução Patrimonial das Contas do Passivo e Patrimônio Líquido | 89 |
| 9.9.9. | Evolução das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)..... | 90 |
| 9.9.10. | Evolução das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) | 91 |

| | | |
|--|---|----|
| 9.9.11. | Evolução das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) | 92 |
| 9.9.12. | Evolução das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) | 93 |
| Referências | | 95 |
| Anexo A – Instrução normativa TCEMG nº 14/2011 | | 96 |

INTRODUÇÃO

Este relatório de Gestão apresenta os principais resultados alcançados pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais no exercício de 2024, sendo elaborado em total conformidade com a Instrução Normativa nº 14/2011 e a Decisão Normativa TCEMG nº 01/2025.

O documento está dividido em nove capítulos, além desta introdução, das referências e do Anexo. O capítulo 1 apresenta uma visão geral da CGE. O capítulo 2 detalha os programas e ações da CGE, demonstrando a execução orçamentária e a físico-orçamentária, além dos indicadores de cada programa. O capítulo 3 informa que a CGE não presta serviços de forma descentralizada com parceiros do terceiro setor.

O capítulo 4, que apresenta a estrutura de Governança, Planejamento Estratégico, Gestão de Riscos, Gestão da Integridade e da Responsabilidade Ambiental e Social do órgão. O capítulo 5, que apresenta a composição dos recursos da CGE. O capítulo 6, que informa que a demonstração do comprometimento da receita corrente líquida com a despesa total de pessoal é analisada de forma integrada na Prestação de Contas do Governador. O capítulo 7, que traz a relação dos créditos adicionais da CGE no exercício de 2024. O capítulo 8, que contém as informações relativas à execução de despesas de exercício de anos anteriores. E, por fim, o capítulo 9, que apresenta alguns esclarecimentos adicionais.

Adicionalmente a este relatório, é recomendável, também, a leitura do Relatório de Balanço 2024, com linguagem mais simplificada e dados e informações sobre os principais resultados da CGE no ano de 2024 apresentados de forma mais acessível.

O acesso ao Relatório de Balanço 2024 pode ser feito por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://bit.ly/Balanço2024>.

1. VISÃO GERAL DA CGE

A Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE) é o órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo e tem, como competência, assistir diretamente o Governador no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências atinentes, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo, à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, ao incremento da transparência e do acesso à informação e ao fortalecimento da integridade e da democracia participativa.

A CGE é composta por três unidades finalísticas em seu órgão central (Auditoria-Geral, Corregedoria-Geral e Subcontroladoria de Transparência e Integridade), responsáveis por coordenar as atividades, em seus âmbitos de atuações, em três diferentes subsistemas: o Subsistema de Auditoria Interna, o Subsistema de Correição Administrativa e o Subsistema de Transparência e Integridade.

A CGE conta, ainda, com uma atuação descentralizada em todos os órgãos da Administração Direta, fundações e autarquias do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, por meio das Controladorias Setoriais e das Controladorias Seccionais. Os agentes públicos que atuam nas controladorias setoriais e seccionais são subordinados tecnicamente à CGE, e devem observar as diretrizes estabelecidas pela Auditoria-Geral, pela Corregedoria-Geral e pela Subcontroladoria de Transparência, Integridade e Controle Social.

Ainda, as unidades de controle interno de empresas públicas e sociedades de economia mista são unidades de apoio à CGE no cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais e devem observar as orientações técnicas do órgão.

1.1. Estrutura organizacional da CGE

No ano de 2023, a estrutura orgânica da CGE, instituída pela Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, e pelo Decreto Nº 48.687, de 13 de setembro de 2023, era composta da seguinte forma:

- I. Gabinete;
- II. 4 Assessorias (Assessoria Jurídica; Assessoria de Comunicação Social; Assessoria de Harmonização das Controladorias Setoriais e Seccionais; e Assessoria Estratégica e de Gestão de Riscos.
- III. Núcleo de Combate à Corrupção;
- IV. Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, com 5 diretorias (Diretoria de Planejamento e Orçamento; Diretoria de Contabilidade e Finanças; Diretoria de Recursos Humanos; Diretoria de Gestão e Logística; e Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação);
- V. 3 Subsecretarias, sendo elas: a Auditoria-Geral; a Corregedoria-Geral; e a Subcontroladoria de Transparência, Integridade e Controle Social.

Além disso, vinculados à estrutura orgânica da CGE estavam os seguintes colegiados:

- I. O Conselho de Corregedores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo;
- II. O Conselho de Ética Pública;
- III. O Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção;
- IV. O Comitê de Auditoria Interna Governamental.

A Auditoria-Geral era formada pelas seguintes unidades administrativas:

- I. Núcleo de Coordenação de Auditoria Contínua e de Ações Transversais;
- II. Núcleo de Desenvolvimento da Capacidade de Auditoria Interna;
- III. Superintendência Central de Auditoria de Contas, composta por duas diretorias (Diretoria Central de Auditoria da Gestão Fiscal; e Diretoria Central de Auditoria de Contas);
- IV. Superintendência Central de Auditoria em Programas, Gestão de Riscos, de Pessoal e Previdência, composta por duas diretorias (Diretoria Central

de Auditoria em Programas e Gestão de Riscos; e Diretoria Central de Auditoria de Pessoal e Previdência);

- V. Superintendência Central de Auditoria de Políticas Sociais e de Desenvolvimento Sustentável, composta por duas diretorias (Diretoria Central de Auditoria de Políticas de Saúde, Educação e Cultura; e Diretoria Central de Auditoria de Políticas de Meio Ambiente, Agropecuária e Infraestrutura);
- VI. Superintendência Central de Auditoria de Políticas de Desenvolvimento, Governo e Segurança, composta por duas diretorias (Diretoria Central de Auditoria de Políticas de Governo; Diretoria Central de Auditoria de Políticas de Segurança Pública, Desenvolvimento Social e Econômico).

Já a Corregedoria-Geral era formada pelas seguintes unidades administrativas:

- I. Núcleo Técnico;
- II. Núcleo de Gestão de Documentos e Processos;
- III. Superintendência Central de Análise e Supervisão Correcional, composta por duas diretorias (Diretoria Central de Análise e Supervisão Correcional da Área Econômica; e Diretoria Central de Análise e Supervisão Correcional da Área Social);
- IV. Superintendência Central de Responsabilização de Agentes Públicos, composta por duas diretorias (Diretoria Central de Responsabilização de Agentes Públicos da Área Econômica; e Diretoria Central de Responsabilização de Agentes Públicos da Área Social); e
- V. Superintendência Central de Responsabilização de Pessoas Jurídicas: formada por duas diretorias (Diretoria Central de Análise e Investigação Preliminar; e Diretoria Central de Responsabilização de Pessoas Jurídicas).

Por fim, a Subcontroladoria de Transparência e Integridade era formada pelas seguintes unidades:

- I. Núcleo Técnico;
- II. Superintendência Central de Transparência, formada por duas diretorias (Diretoria Central de Transparência Ativa; e Diretoria Central de Transparência Passiva); e

- I. Superintendência Central de Integridade e Controle Social, também composta por duas diretorias (Diretoria Central de Integridade; e Diretoria Central de Controle Social).

1.2. Legislação aplicável

A estrutura, as competências e as atribuições da Controladoria-Geral do Estado – CGE estavam definidas pelos seguintes atos normativos, em vigência no ano de 2024:

- a) Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências; e
- b) Decreto Nº 48.687, de 13 de setembro de 2023, que dispõe sobre a organização da Controladoria-Geral do Estado.

Os programas e ações da CGE constantes no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2024 a 2027, estavam definidos pelos seguintes atos normativos:

- a) Lei nº 24.677 de 16 de janeiro de 2024, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2024 – PPAG 2024-2027; e

A execução orçamentária da CGE para o ano de 2024 foi prevista pelos seguintes atos normativos:

- a) Lei nº 24.404, de 02 de agosto de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024.
- b) Lei nº 24.678, de 17 de janeiro de 2024, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2024; e
- c) Decreto nº 48.777, de 09 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2024 e dá outras providências.

Outros atos normativos importantes para o desempenho das competências e atribuições da CGE podem ser visualizados na seguinte página:

<https://www.pesquisalegislativa.mg.gov.br>.

2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO DA CGE PREVISTO NA LOA 2024 E INFORMAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DE AÇÕES DE GOVERNO SOB RESPONSABILIDADE DA CGE

Descrição da execução do programa de trabalho previsto na LOA e informações sobre os programas e ações do governo sob responsabilidade do órgão, evidenciando: (i) o cumprimento das metas físicas e financeiras por meio da classificação funcional, por estrutura programática e por natureza da despesa; (ii) os indicadores institucionais de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2024-2027; e (iii) esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos com a indicação das providências adotadas.

2.1. Programa 0001 – Minas Íntegra e Transparente

Objetivo: contribuir para o aprimoramento da gestão pública a partir da disseminação de boas práticas de transparência, de controle social e de integridade entre os agentes públicos e os demais atores que se relacionam com o governo do estado de minas gerais.

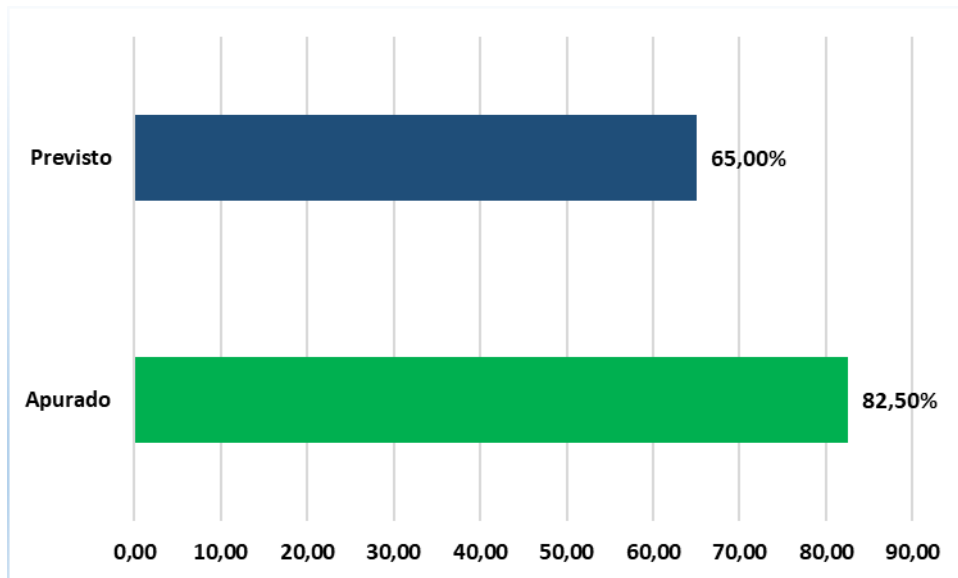
a) Execução Orçamentária:

| Tipo Orçamento | LOA (A) | LOA + Créditos (B) | Realizado (C) | (C/A)% | (C/B)% |
|--|--------------|--------------------|---------------|--------|--------|
| Orçamento Fiscal | 9.274.886,00 | 9.936.689,00 | 8.669.050,69 | 93,47 | 87,24 |
| Orçamento de Investimento das Empresas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 9.274.886,00 | 9.936.689,00 | 8.669.050,69 | 93,47 | 87,24 |

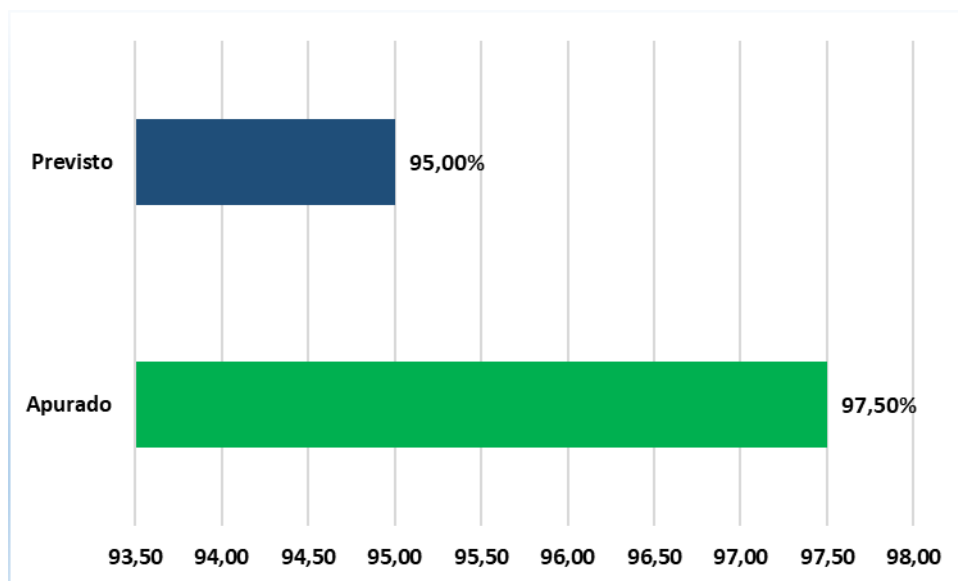
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAFI.

2.1.1. Indicadores

2.1.1.1. Percentual de Conselhos de Políticas Públicas Previstos na Lei nº 24.313/2023, com Informações divulgadas no Portal Dos Conselhos



2.1.1.2. Percentual de pedidos da Lei de Acesso à Informação respondidos no prazo legal



2.1.2. Ação 4304 – Promoção do Acesso à Informação e da Transparência

Finalidade: promover ações para consolidação e fortalecimento da transparência pública e do acesso à informação clara e em linguagem de fácil compreensão, por

meio da disponibilização de informações públicas nos portais institucionais e canal de atendimento eletrônico, além da produção de materiais instrucionais, emissão de documentos técnicos e realização de capacitações, permitindo a ampliação da participação popular, maior controle social e incentivo à inovação.

Produto: Serviço realizado.

Unidade de medida: Serviço

a) Execução Orçamentária

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| G.F.P | Crédito inicial (A) | Crédito autorizado (B) | Empenhado (C) | Liquidado(D) | Saldo de crédito (B-C) | Empenhado / crédito autorizado - % (C/B) | Liquidado / crédito autorizado - % (D/B) |
|--------------|---------------------|------------------------|---------------------|---------------------|------------------------|--|--|
| 1.10.1 | 3.874.715,00 | 3.583.715,00 | 2.619.723,23 | 2.619.723,23 | 963.991,77 | 73,10 | 73,10 |
| 3.10.1 | 595.849,00 | 303.166,36 | 293.150,95 | 293.150,95 | 10.015,41 | 96,70 | 96,70 |
| 3.10.7 | 173.662,00 | 173.662,00 | 139.146,06 | 139.146,06 | 34.515,94 | 80,12 | 80,12 |
| 4.10.1 | 603.200,00 | 149.532,00 | 113.727,00 | 113.727,00 | 35.805,00 | 76,06 | 76,06 |
| 4.95.1 | 394.291,00 | 394.291,00 | 334.000,00 | 334.000,00 | 60.291,00 | 84,71 | 84,71 |
| TOTAL | 5.641.717,00 | 4.604.366,36 | 3.499.747,24 | 3.499.747,24 | 1.104.619,12 | 76,01 | 76,01 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAF.

b) Análise da Execução Físico-Financeira

| | Meta PPAG - Crédito inicial (A) | Meta reprogramada - Crédito autorizado (B) | Programado Jan/Dez (C) | Realizado Jan/Dez (D) | Realizado Jan/Dez / meta PPAG - % (D/A) | Realizado Jan/Dez / meta reprogramada - % (D/B) | Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez - % (D/C) |
|-------------------|---------------------------------|--|------------------------|-----------------------|---|---|---|
| Físico | 36 | 189 | 36 | 189 | 525,00 | 100,00 | 525,00 |
| Financeiro | 5.641.717,00 | 4.604.366,36 | 5.641.717,00 | 3.499.747,24 | 62,03 | 76,01 | 62,03 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAF.

c) Outras informações

Em 2024, foram realizadas as seguintes entregas:

- Realização de 5 capacitações sobre Acesso à Informação, para 343 participantes;
- Foram realizadas capacitações para interlocutores e outros servidores, de diversos órgãos e entidades do estado, com o objetivo de aprimorar o serviço de

informação ao cidadão de Minas Gerais. Destaca-se a capacitação realizada durante a III Semana Mineira de Controle Interno, com participação de agentes de instituições públicas de outros estados.

- Produção de 75 notas técnicas que subsidiaram as decisões do Controlador-Geral do Estado, no julgamento de recursos de 3ª instância, no âmbito da Lei de Acesso à Informação;
- Proposição e coordenação da ação do PACI 2024, no eixo da transparência;
- Foi realizada capacitação para controladores setoriais e seccionais na ação Plano Anual das Atividades de Controle Interno (PACI) 2024, em que a Diretoria de Transparência Passiva coordenou a ação e recebeu relatórios referentes à análise do atendimento a pedidos de informação na Administração Pública estadual, sob a ótica da Lei nº 12.527/2011 e Decreto nº 45.969/2012;
- Realização de 6 manutenções evolutivas no Sistema de Informação ao Cidadão e-SIC;
- Foram implementadas as seguintes melhorias no Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC);
- Revisão e republicação de hints vinculadas a campos de formulários do sistema:
- Revisão, aprimoramento e republicação do ícone "Perguntas Frequentes", localizado na página inicial do e-SIC;
- Implementação de novas medidas de segurança, incluindo a restrição de tipos de extensões que podem ser anexadas por solicitantes e a implementação de rotina de envio de senha provisória por e-mail para novos usuários cadastrados;
- Disponibilização de "Informações classificadas e desclassificadas" na página inicial do e-SIC, reunindo a lista de órgãos e entidades do poder executivo estadual com links de acesso aos respectivos róis de informações;
- Exclusão de funcionalidade referente a recurso de 4ª instância, cuja competência era da CMRI, em conformidade com o Decreto nº 48.895, de 13/09/2024;
- Inserção de 11 novos conjuntos de dados no Portal Dados Abertos, que, somados a 31 conjuntos já implementados, totalizaram 42 conjuntos de dados.

Dados Aids/HIV - SES (jan/2024)

Hanseníase - SES (jan/2024)

Consultas Eletivas - IPSEMG (jan/2024)

Consultas de Urgência - IPSEMG (jan/2024)

Bolsas Cotas Concedidas - FAPEMIG (jan/2024)

Projetos Contratados - FAPEMIG (jan/2024)

Matriz de Correspondência da Fonte de Recursos STN 710/2021. - SEPLAG (Fev/2024)

Tuberculose - SES (Mar)

Instituições Cadastradas - FAPEMIG (Out/2024)

Despesa Pessoal - Acordo Judicial da Vale (Nov/2024)

Dados Nominais dos Servidores (Nov/2024);

- Obtenção do selo diamante, no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), da avaliação da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), alcançando o índice de 96,02%.

- Foram realizadas manutenções evolutivas e corretivas no Portal da Transparência para atender aos requisitos do Programa Nacional de Transparência Pública da Atricon, resultando em uma pontuação de 96,02% na avaliação.

- Implementação de mais de 30 melhorias no Portal da Transparência, tais como: aprimoramento da consulta de receita, disponibilização da nova consulta de despesa, inclusão de dados referentes ao governo digital, emendas parlamentares, carta de serviços, dívida ativa, fiscais de contratos e outros.

Principais melhorias evolutivas e corretivas, implementadas para otimizar a experiência do usuário e ampliar a transparência das informações:

1. Divulgação de notícias continuamente
2. Inclusão de destaques/atualizações no carrossel PdT
3. Atualizações mensais sobre voos do governador

4. Atualizações mensais sobre remuneração
5. Atualizações mensais sobre transferências de impostos
6. Atualizações sobre PPAG inicial e bimestral
7. Correção do link do formulário de detalhamento da consulta Acordo judicial da Vale
8. Obras Orçadas e Emendas Parlamentares
9. Inclusão do link de informações classificadas
10. Inclusão de dados referente ao governo digital
11. Disponibilização dos dados referentes a estrutura orgânica do Estado
12. Divulgação do responsável e respectivo contato por órgão/entidade
13. Divulgação da Carta de Serviços do Governo de Minas
14. Divulgação dos Instrumentos de Planejamento e Gestão do SUS
15. Correção e atualização das Consulta Emendas Orçamentárias ao PLOA
16. Manutenção Corretiva (atualização) das consultas Convênios de Saída, Acordo Judicial da Vale, Receita e Viagens
17. Inclusão Selo Diamante 2023 no PdT
18. Manutenção Corretiva (atualização) das consultas Convênios de Saída
19. Atualização da página 'Acordos de Cooperação Técnica'
20. Correção da coluna data de todas as planilhas referente ao arquivo Relação nominal dos servidores
21. Atualização da página 'Fiscais de Contrato'
22. Atualização da página 'Ordem Cronológica de Pagamento'
23. Criação da página 'Tomadas de Contas - TCE e ALMG'
24. Atualização lista encarregados LGPD
25. Atualização Plano Estadual de Educação
26. Inclusão lista de terceirizados MGS
27. Manutenção evolutiva - Fonte de Recursos – produção
28. Manutenção evolutiva - TCE - Restos a pagar e nomenclatura - produção e homologação
29. Despesa com Pessoal - Planilha SEF
30. Inclusão, no PdT, lista de fiscais de contrato de todos os órgãos e entidades
31. Inclusão, no PdT, dos arquivos relativos a cronologia de pagamento de todos os órgãos e entidades
32. Inclusão série histórica dos saldos e arrecadação da Dívida Ativa no PdT

33. Inclusão data de atualização e possibilidade de download / CAFIMP, no PdT
34. Inclusão de arquivos referentes aos terceirizados no PdT
35. Inclusão plano educação 2023 no PdT
36. Atualização Informações Classificadas e Desclassificadas no PdT
37. Inclusão do IEF nos Acordos de Cooperação Técnica no PdT
38. Correção link informações classificadas e desclassificadas AGE no PdT
39. Correção consulta avançada Receita
40. Inclusão de possibilidade de gravação de relatório pelo Gabinete Militar das Informações Classificadas
41. Correção do link de direcionamento de edital da SEJUSP
42. Disponibilização Consulta básica de Despesas
43. Direcionamento ao Portal Nacional de Contratações no PdT
44. Inclusão, no PdT, de imagem selo diamante Atricon 2024
45. Proposta Orçamentária - 2025

Com relação ao desempenho físico da ação, cabe informar que a meta física previa 36 entregas para o ano. No entanto, como as atividades da área são realizadas sob demanda, não era possível estimar com precisão a quantidade de entregas em 2024. Diante disso, a ação subestimada.

O status crítico do desempenho orçamentário se deve principalmente à execução do contrato INF 4504 (manutenção portal transparência), firmado com a Prodemge. A empresa disponibilizou 1 profissional, 50% dedicado, para demandas de desenvolvimento, o que gerou atrasos nas entregas. Novo processo de contratação, na metodologia ágil, firmado em 29/11/24.

2.1.3. Ação 4305 – Fortalecimento da Integridade Pública e Privada

Finalidade: Desenvolver ações para consolidação e fortalecimento da cultura de integridade no ambiente da administração pública e nas relações entre o público e o privado.

Produto: Iniciativa realizada.

Unidade de medida: Iniciativa.

a) Execução Orçamentária e Físico-Financeira:

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| G.F.P | Crédito inicial (A) | Crédito autorizado (B) | Empenhado (C) | Liquidado(D) | Saldo de crédito (B-C) | Empenhado / crédito autorizado - % (C/B) | Liquidado / crédito autorizado - % (D/B) |
|--------------|---------------------|------------------------|---------------------|---------------------|------------------------|--|--|
| 1.10.1 | 2.947.972,00 | 3.848.721,00 | 3.687.895,41 | 3.687.895,41 | 160.825,59 | 95,82 | 95,82 |
| 3.10.1 | 72.776,00 | 72.776,00 | 71.733,76 | 71.733,76 | 1.042,24 | 98,57 | 98,57 |
| 3.10.7 | 127.775,00 | 204.136,00 | 204.135,11 | 204.135,11 | 0,89 | 100,00 | 100,00 |
| TOTAL | 3.148.523,00 | 4.125.633,00 | 3.963.764,28 | 3.963.764,28 | 161.868,72 | 96,08 | 96,08 |

| | Meta PPAG - Crédito inicial (A) | Meta reprogramada - Crédito autorizado (B) | Programado Jan/Dez (C) | Realizado Jan/Dez (D) | Realizado Jan/Dez / meta PPAG - % (D/A) | Realizado Jan/Dez / meta reprogramada - % (D/B) | Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez - % (D/C) |
|-------------------|---------------------------------|--|------------------------|-----------------------|---|---|---|
| Físico | 30 | 31 | 30 | 31 | 103,33 | 100,00 | 103,33 |
| Financeiro | 3.148.523,00 | 4.125.633,00 | 3.148.523,00 | 3.963.764,28 | 125,89 | 96,08 | 125,89 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAFI

b) Principais entregas e outras informação de execução da ação:

No ano de 2024 foram realizadas as seguintes entregas:

- Realização de 3 avaliações de Programa de Integridade de empresa privada proponente colaboradora em acordo de Leniência a ser celebrado pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto 48.821/2024, que dispõe sobre a responsabilização, administrativa e civil, de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, resultando nas notas: a Notas Técnicas Nota Técnica nº 2/CGE/DCI/2024, Nota Técnica nº 6/CGE/DCI/2024 e Nota Técnica nº 10/CGE/DCI/2024 no Processo SEI nº 520.01.0009855/2023-96;
- Monitoramento de 4 Programas de Integridade de empresa privada colaboradora em acordo de leniência celebrado pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto 48.821/2024, que dispõe sobre a responsabilização, administrativa e civil, de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, resultando nas notas: Nota Técnica nº 1/CGE/DCI/2024 no Processo SEI nº 1520.01.0010161/2020-88, Notas Técnicas nº 3/CGE/DCI/2024 e nº 4/CGE/DCI/2024 no Processo SEI nº 1520.01.0001778/2023-22, Nota Técnica nº 7/CGE/DCI/2024 no Processo SEI nº 1520.01.0001918/2022-28;

- Realização de 2 avaliações prévias das minutas de Programas de Integridade, visando identificar e corrigir possíveis inconsistências quanto à observância das diretrizes da PMPI, resultando nas seguintes notas: Nota Técnica nº 5/CGE/DCI/2024, no Processo SEI nº 1520.01.0004877/2024-57, e Nota Técnica nº 9/CGE/DCI/2024, no Processo SEI nº 1520.01.0010233/2024-72.
- Publicação de 07 (sete) Programas de Integridade de órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, o que resultou em 76% dos órgãos e entidades com Programas ou Planos de Integridade publicado;
 - Publicação de 04 (quatro) Programas de Integridade de Estatais;
 - Realização de capacitações sobre integridade para servidores e empregados públicos e para a sociedade, com a efetivação de 6 (seis) capacitações sobre elaboração, execução e monitoramento de programas de integridade; 1 (uma) capacitação para controladores setoriais e seccionais e suas equipes, sobre a gestão do SisPMPI; 3 (três) capacitações para municípios. Em 2024 as capacitações contemplaram 703 (setecentos e três) servidores estaduais, municipais e empregados públicos;
 - Cessão do código-fonte do SisPMPI para 5 (cinco) municípios mineiros (João Monlevade, Várzea da Palma, São Brás do Suaçui, Itabirito e Curvelo), por intermédio do termo de adesão ao Plano de Trabalho do Termo de Cooperação Técnica CGE/MPMG nº 022/2019, celebrado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais;
 - Publicação do Guia de Integridade Pública – Volume II, que obteve 470 downloads no site da CGE-MG e 2.518 downloads no Portal PMPI.

2.1.4. Ação 4306 – Fomento ao Controle Social

Finalidade: Estimular o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social e qualificar agentes públicos e sociedade para sua utilização.

Produto: Iniciativa realizada.

Unidade de medida: Iniciativa.

a) Execução Orçamentária e Físico-Financeira:

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| G.F.P | Crédito inicial (A) | Crédito autorizado (B) | Empenhado (C) | Liquidado(D) | Saldo de crédito (B-C) | Empenhado / crédito autorizado - % (C/B) | Liquidado / crédito autorizado - % (D/B) |
|--------------|---------------------|------------------------|---------------------|---------------------|------------------------|--|--|
| 1.10.1 | 356.126,00 | 1.144.259,00 | 1.144.257,25 | 1.144.257,25 | 1,75 | 100,00 | 100,00 |
| 3.10.1 | 16.971,00 | 6.321,64 | 6.321,42 | 6.321,42 | 0,22 | 100,00 | 100,00 |
| 3.10.7 | 111.549,00 | 56.109,00 | 54.960,50 | 54.960,50 | 1.148,50 | 97,95 | 97,95 |
| TOTAL | 484.646,00 | 1.206.689,64 | 1.205.539,17 | 1.205.539,17 | 1.150,47 | 99,90 | 99,90 |

| | Meta PPAG - Crédito inicial (A) | Meta reprogramada - Crédito autorizado (B) | Programado Jan/Dez (C) | Realizado Jan/Dez (D) | Realizado Jan/Dez / meta PPAG - % (D/A) | Realizado Jan/Dez / meta reprogramada - % (D/B) | Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez - % (D/C) |
|-------------------|---------------------------------|--|------------------------|-----------------------|---|---|---|
| Físico | 12 | 12 | 12 | 12 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Financeiro | 484.646,00 | 1.206.689,64 | 484.646,00 | 1.205.539,17 | 248,75 | 99,90 | 248,75 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAFI.

b) Principais entregas e outras informação de execução da ação:

No ano de 2024 foram realizadas as seguintes entregas:

- Elaboração de materiais instrucionais sobre controle social:
 - Cartilha “Controle Social: nosso jeito democrático de participar, opinar e controlar a Gestão Pública”, com 316 downloads.
 - Cartilha “Consulta Pública: um jeito democrático de participar, opinar e controlar a Gestão Pública”, com 244 downloads.
 - Cartilha “Conselhos de Políticas Públicas: um jeito democrático de participar, opinar e controlar a Gestão Pública” com 299 downloads.
 - Totalizando 959 downloads.
- Realização de ações comunicacionais (minicampanha) sobre mecanismos de controle social com postagens no @controladoriamg no Instagram e que produziram, em média, 110 curtidas cada:
 - Primeiro carrossel: 171 curtidas, 1 comentário, 21 compartilhamentos e 16 salvamentos que é o mesmo de guardar para rever;
 - Segundo carrossel: 84 curtidas, 5 compartilhamentos e 7 salvamentos que é o mesmo que guardar para rever;
 - Terceiro carrossel: 76 curtidas, 6 compartilhamentos e 5 salvamentos que é o mesmo que guardar para rever.

- Elaboração de 2 relatórios de análise dos dados dos conselhos de políticas públicas disponíveis no Portal dos Conselhos, que objetiva disponibilizar informações sobre conselhos existentes no Poder Executivo estadual. O que demonstrou 46 Conselhos de Políticas Públicas catalogados no Portal dos Conselhos. Média de 61,86% dos dados dos Conselhos publicados no Portal;
- Emissão de Nota Técnica DCS n.2/2024 para reanalisar o Projeto de Lei n. 1.164/2023 à luz do parecer aprovado em 1º turno pela Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) e emitir posicionamento técnico sobre.

2.2. Programa 0002 – Auditoria Interna para o Futuro

Objetivo: Promover o fortalecimento dos serviços de auditoria interna para a melhoria da cobertura do universo auditável do poder executivo estadual e para o enfrentamento dos novos desafios a partir da ampliação da capacidade de auditoria interna, baseada em padrões internacionalmente reconhecidos, e da disponibilização da infraestrutura tecnológica necessária para agregar maior eficiência e mais valor à gestão, por meio do planejamento baseado em riscos e de ações integradas da cge e da sociedade.

a) Execução Orçamentária:

| Tipo Orçamento | LOA (A) | LOA + Créditos (B) | Realizado (C) | (C/A)% | (C/B)% |
|--|---------------|--------------------|---------------|--------|--------|
| Orçamento Fiscal | 16.833.212,00 | 20.984.410,80 | 19.674.243,45 | 116,88 | 93,76 |
| Orçamento de Investimento das Empresas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 16.833.212,00 | 20.984.410,80 | 19.674.243,45 | 116,88 | 93,76 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAFI.

b) Desempenho consolidado da execução do programa

As ações previstas no ano de 2024 tiveram como objetivo aprimorar as práticas de auditoria aos modelos internacionalmente reconhecidos com execução de auditorias baseadas em riscos e ampliação dos serviços e tipos de auditoria, tais como

consultorias e auditorias de desempenho voltadas para ampliação do potencial de proteção e promoção do valor dos Órgãos e Entidades do poder público.

As ações do planejamento voltadas para a prestação de serviços de avaliação, consultoria e apuração, além das auditorias para cumprimento de determinações mandatórias e as auditorias contínuas contribuíra como instrumento de maximização da cobertura do universo auditável.

Dentro do planejamento cabe destaque para as consultorias aos órgãos e entidades que aderiram ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção - PNPC - que é uma ação continuada com programação de 2024 a 2025 que contribuiu para o aumento das metas programadas.

Na gestão de gestão de riscos cabe destaque para o sistema UAI Risk, desenvolvido pela CGE, implantação para adequação à Nova Lei de Licitações e Contratos, o sistema visa auxiliar servidores e gestores durante todo o processo de gerenciamento dos riscos nas compras pública.

Para a institucionalização da auditoria contínua e estruturação tecnológica foram realizados cursos e treinamentos para a área de auditoria contínua em Fundamentos do Hadoop e Processamento Distribuído de Big Data, Curso Avançado ACL Analytics e Treinamento BI Prodemge e finalizado a aquisição das máquinas e equipamentos, cuja entrega é prevista para o 1º semestre de 2025, bem como a execução orçamentária referente aquisição de equipamentos.

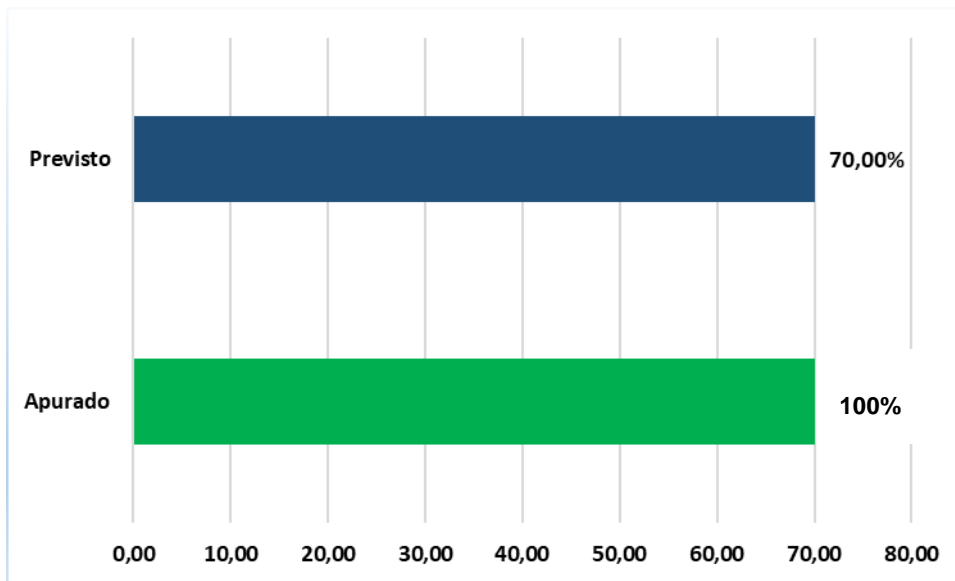
Diante disso, verifica-se que o programa promoveu o aumento da capacidade de auditoria interna, explorando de modo mais efetivo novos serviços com a auditoria de desempenho. Os investimentos em estrutura tecnológica comportaram a ampliação das bases de dados essenciais para o cruzamento de informações e identificação de desvios na utilização de recursos públicos, tornando a ação de auditoria interna mais eficiente e propensa à proteger o valor das organizações públicas.

Finalmente, destaca-se o aprimoramento da metodologia do Índice de Priorização de Auditoria Interna, ferramenta de seleção de objetos de auditoria com base em fatores de riscos, e a aplicação da Pesquisa Cidadã, instrumento de consulta

direta à sociedade sobre os trabalhos a serem executados. Juntos eles trouxeram uma melhor definição para a priorização de ações de auditoria interna que tendem a alcançar resultados mais significativos para o Estado e para a população.

2.2.1. Indicadores

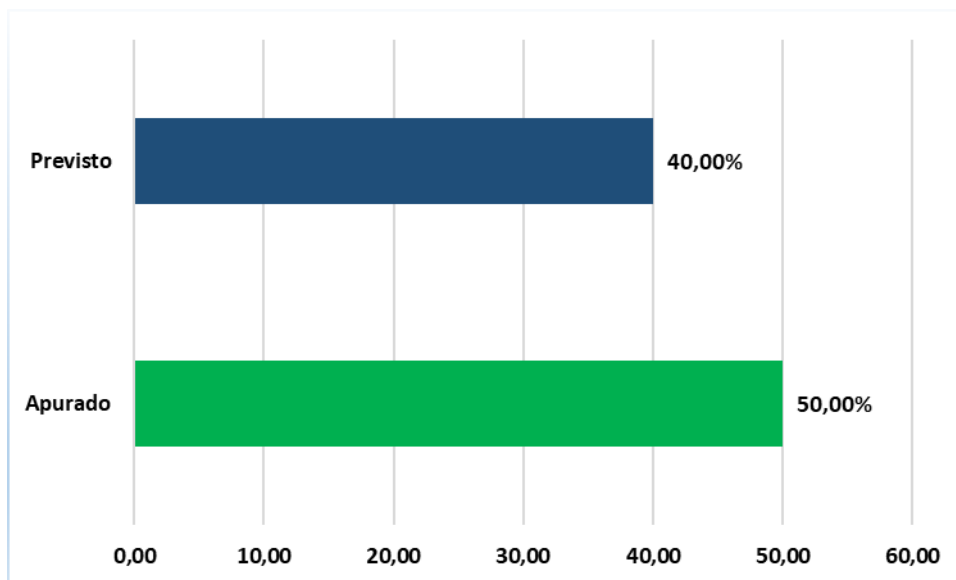
2.2.2. Percentual de Execução do Plano Anual de Auditoria Interna



a) Outras informações de execução do indicador:

O percentual de execução, apurado em 100%, excedeu o pactuado no planejamento devido à inclusão de ações extraordinárias e em função da própria fórmula de cálculo que considera as ações em execução e desconsidera as ações suspensas ou canceladas. Dentre as ações executadas estão as consultorias prestadas aos órgãos e entidades que aderiram ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – PNPC, a emissão dos Relatórios Quadrimestrais de Gestão Fiscal, a prestação de consultorias em gestão de riscos e para a implementação da política de gestão de riscos, a avaliação do Seguro Desemprego, com foco em riscos de integridade, execução (ainda em andamento) da auditoria de desempenho do Programa de Atenção Primária à Saúde e a avaliação do processo licitatório relativo às obras do Hospital Regional de Sete Lagoas. Além dessas, a auditoria executou serviços de apuração provenientes de demandas extraordinárias.

2.2.3. Percentual de Implementação do Nível 3 IA-CM (modelo de Capacidade de Auditoria Interna)



a) Outras informações de execução do indicador:

O resultado reflete a última apuração simplificada da implementação do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna para o setor público. Esse resultado demonstra a continuidade dos esforços para ampliar a aderência das ações de auditoria aos padrões internacionalmente reconhecidos. As ações envolvidas nesse indicador se relacionam com a participação na Câmara Técnica de Auditoria Interna e IA-CM do Conselho Nacional de Controle Interno, essencial para a compreensão das necessidades de aprimoramento dos serviços prestados, as ações relacionadas à implementação da gestão da qualidade e a capacitação dos servidores visando o aumento da capacidade institucional.

2.2.4. Ação 4307 – Fortalecimento de Serviços de Auditoria Interna para Agregar Valor à Gestão Pública Estadual

Finalidade: Prestar serviços de auditoria (avaliações, apurações e consultorias) para avaliar os controles internos, a gestão de riscos e a governança para promover e proteger o valor dos órgãos e entidades do poder executivo estadual em prol da

sociedade a partir de recomendações para a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade dos processos e políticas públicas, bem como fiscalizar a gestão fiscal e de contas e promover a capacidade de auditoria interna.

Produto: Documento Final de Comunicação de Resultado Emitido Por Meio do Módulo de Auditoria No Sistema E-aud.

Unidade de medida: Unidade.

a) Execução Orçamentária e Físico-Financeira:

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| G.F.P | Crédito inicial (A) | Crédito autorizado (B) | Empenhado (C) | Liquidado(D) | Saldo de crédito (B-C) | Empenhado / crédito autorizado - % (C/B) | Liquidado / crédito autorizado - % (D/B) |
|--------------|----------------------|------------------------|----------------------|----------------------|------------------------|--|--|
| 1.10.1 | 11.627.154,00 | 15.856.479,00 | 15.363.891,97 | 15.363.891,97 | 492.587,03 | 96,89 | 96,89 |
| 3.10.1 | 280.793,00 | 265.178,00 | 251.878,07 | 251.878,07 | 13.299,93 | 94,98 | 94,98 |
| 3.10.7 | 938.863,00 | 938.863,00 | 655.868,83 | 655.868,83 | 282.994,17 | 69,86 | 69,86 |
| TOTAL | 12.846.810,00 | 17.060.520,00 | 16.271.638,87 | 16.271.638,87 | 788.881,13 | 95,38 | 95,38 |

| | Meta PPAG - Crédito inicial (A) | Meta reprogramada - Crédito autorizado (B) | Programado Jan/Dez (C) | Realizado Jan/Dez (D) | Realizado Jan/Dez / meta PPAG - % (D/A) | Realizado Jan/Dez / meta reprogramada - % (D/B) | Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez - % (D/C) |
|-------------------|---------------------------------|--|------------------------|-----------------------|---|---|---|
| Físico | 48 | 38 | 48 | 60 | 125,00 | 157,89 | 125,00 |
| Financeiro | 12.846.810,00 | 17.060.520,00 | 12.846.810,00 | 16.271.638,87 | 126,66 | 95,38 | 126,66 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAFI.

b) Principais entregas e outras informação de execução da ação:

Os resultados do planejamento levam em sua composição a execução serviços de auditoria interna governamental (avaliação, apuração e consultoria) e outros tipos de auditoria como de fiscalizações na Gestão Fiscal e nas Contas de Governo para cumprimento de diretrizes mandatórias constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal, a auditoria contínua e a auditoria de desempenho. A auditoria de desempenho tem como objetivo avaliar a eficácia, eficiência e efetividade os programas de governo como forma de aprimoramento da auditoria.

A programação das metas é realizada com base na previsão do Planejamento Anual de Auditoria Interna (PAINT), no entanto deve-se considerar os trabalhos de caráter extraordinário que foram concluídos no período e os trabalhos concluídos antes da data prevista no planejamento, a realização de capacitações e treinamentos e a incorporação das ações do Núcleo de Desenvolvimento da Capacidade em Auditoria – NDCA.

Dentro deste contexto do planejamento cabe destaque para as ações que mais contribuíram para o aumento da meta:

- A entrega de 15 relatórios de consultorias prestadas aos órgãos e entidades que aderiram ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção - PNPC - que é uma ação continuada com programação de 2024 a 2025.
- As ações de auditoria contínua consolidadas em 3 Relatórios Analíticos de Dados (identificação, consulta e extração das bases de dados referente a autoridades sanitárias com cruzamentos, verificação e validação dos resultados, Relatório Analítico de Dados Aposentados por Invalidez e Trilhas de Auditoria Diárias de Viagem).
- Os treinamentos realizados para os gestores e servidores para a implementação, disponibilização e uso do sistema UAI Risk no gerenciamento dos riscos das compras públicas.
- Treinamento em fiscalização de contratos para o Coneci (Conselho Estadual de Controle Interno).
- A emissão, pelo NDCA, dos relatórios das pesquisas de percepção ampla e da pesquisa de feedback sobre servidores e gestores da auditoria interna, o relatório de satisfação da Pesquisa com as Partes Interessadas, o Boletim Auge que tem como objetivo ampliar a comunicação interna e demonstrar os resultados aferidos.

Dentre as ações mandatórias estão a conclusão do relatório de gestão fiscal-RGF 3º quadrimestre de 2023, Relatório de Controle Interno (RCI), 5 Notas de Auditoria – Determinação mandatória TCE (implantação das recomendações do TCE), RGF 2º quadrimestre de 2024.

2.2.5. Ação 4308 – Aprimoramento da Capacidade de Auditoria Interna nos Padrões Internacionais

Finalidade: Desenvolver a capacidade dos auditores internos para o aumento da qualidade dos serviços prestados nos órgãos e entidades do poder executivo estadual de modo a contribuir com a melhoria da gestão pública e das entregas à sociedade e

atender às demandas mais complexas de auditoria interna determinadas pelo contexto social, econômico, ambiental, tecnológico e profissional. Ao mesmo tempo, a ação constitui esforço fundamental para contribuir com o desenvolvimento de ambiente seguro para investimentos e compartilhamento de ações entre o estado de minas gerais e demais instituições.

Produto: Atividade Realizada.

Unidade de medida: Atividade.

a) Execução Orçamentária e Físico-Financeira:

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| G.F.P | Crédito inicial (A) | Crédito autorizado (B) | Empenhado (C) | Liquidado(D) | Saldo de crédito (B-C) | Empenhado / crédito autorizado - % (C/B) | Liquidado / crédito autorizado - % (D/B) |
|--------------|---------------------|------------------------|---------------------|---------------------|------------------------|--|--|
| 1.10.1 | 1.793.437,00 | 1.793.437,00 | 1.640.756,27 | 1.640.756,27 | 152.680,73 | 91,49 | 91,49 |
| 3.10.1 | 10.000,00 | 5.706,00 | 5.105,73 | 5.105,73 | 600,27 | 89,48 | 89,48 |
| 3.10.7 | 119.197,00 | 119.197,00 | 82.474,49 | 82.474,49 | 36.722,51 | 69,19 | 69,19 |
| TOTAL | 1.922.634,00 | 1.918.340,00 | 1.728.336,49 | 1.728.336,49 | 190.003,51 | 90,10 | 90,10 |

| | Meta PPAG - Crédito inicial (A) | Meta reprogramada - Crédito autorizado (B) | Programado Jan/Dez (C) | Realizado Jan/Dez (D) | Realizado Jan/Dez / meta PPAG - % (D/A) | Realizado Jan/Dez / meta reprogramada - % (D/B) | Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez - % (D/C) |
|-------------------|---------------------------------|--|------------------------|-----------------------|---|---|---|
| Físico | 7 | 15 | 7 | 16 | 228,57 | 106,67 | 228,57 |
| Financeiro | 1.922.634,00 | 1.918.340,00 | 1.922.634,00 | 1.728.336,49 | 89,89 | 90,10 | 89,89 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAFI.

b) Principais entregas e outras informação de execução da ação:

Após implementar todas as atividades essenciais do nível 2 do IA-CM em 2022, a Auditoria-Geral busca a implementação do nível 3, como medida para a oferta de serviços de auditoria interna eficientes e eficazes. A meta pactuada nos diversos instrumentos de planejamento determina a institucionalização até o ano de 2026. Para concretizar este objetivo foram executadas diversas ações relevantes ligadas ao IA-CM, destacam-se:

- Revisão das ações e metas do Planejamento Estratégico da CGE e atualizou e divulgou entre as Controladorias o Plano Diretor de Auditoria Interna que contém as estratégias e diretrizes para a execução de ações de auditoria interna para os próximos 03 (três) anos.
- Implementação do Plano Operacional do e-CGU, módulo de gerenciamento do planejamento anual de auditoria interna.

- Realização de Encontros da Auditoria-Geral com as Controladorias Setoriais, Seccionais e Unidades de Controle Interno.
- Treinamento AUGÉ/AHCS: Formas de Comunicação com a Gestão – Sistema e-CGU.
- Vários treinamentos de capacitação para o aprimoramento dos auditores internos, como os diálogos Auge; trabalhando agora, desenvolvendo o futuro, com destaque para o curso de Auditoria Operacional/desempenho que tem como objetivo avaliar a eficácia, eficiência e efetividade dos programas de governo e o curso realizado pelo TCE, a inclusão da auditoria operacional nas atividades de auditoria é fundamental pois é um dos macroprocessos presentes no nível 3.
- A participação nas Câmaras Técnicas do Conaci como forma de aprendizado sobre as novas tendências promovidas por novas técnicas e funções de auditoria interna e os desafios da auditoria e do controle interno nas organizações públicas.
- Implementação das revisões internas da qualidade nos trabalhos de auditoria de conformidade para a melhoria contínua das práticas e processos.
- Publicação da Pesquisa Cidadã com adesão de mais de duas mil pessoas.

Quanto ao sistema de Software de gestão da Qualidade, o processo foi iniciado em 2024 e será concluído em 2025. E quanto ao reembolso para certificação profissional, diante da ausência de servidores com certificação obtida, os recursos foram destinados à contratação de treinamentos, entre os quais cabe enfatizar o treinamento em detecção de fraude.

2.2.6. Ação 4309 – Estruturação Tecnológica e Institucionalização da Auditoria Contínua

Finalidade: Fornecer a infraestrutura tecnológica necessária para o desenvolvimento adequado das ações de auditoria interna previstas no plano anual de auditoria interna e no plano tático de auditoria interna para aumentar a eficiência e a cobertura do universo auditável do poder executivo estadual com foco na proteção e promoção do valor das organizações públicas e apoio para a melhoria das entregas à sociedade.

Produto: Produto Disponibilizado.

Unidade de medida: Produto.

a) Execução Orçamentária e Físico-Financeira:

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| G.F.P | Crédito inicial (A) | Crédito autorizado (B) | Empenhado (C) | Liquidado(D) | Saldo de crédito (B-C) | Empenhado / crédito autorizado - % (C/B) | Liquidado / crédito autorizado - % (D/B) |
|--------------|---------------------|------------------------|---------------------|---------------------|------------------------|--|--|
| 1.10.1 | 1.535.036,00 | 1.436.974,00 | 1.386.877,15 | 1.386.877,15 | 50.096,85 | 96,51 | 96,51 |
| 3.9.1 | 0,00 | 91.692,80 | 0,00 | 0,00 | 91.692,80 | 0,00 | 0,00 |
| 3.10.1 | 110.000,00 | 115.085,00 | 114.356,94 | 114.356,94 | 728,06 | 99,37 | 99,37 |
| 3.10.7 | 118.553,00 | 61.620,00 | 61.620,00 | 61.620,00 | 0,00 | 100,00 | 100,00 |
| 3.95.1 | 41.105,00 | 41.105,00 | 27.756,00 | 27.756,00 | 13.349,00 | 67,52 | 67,52 |
| 4.95.1 | 259.074,00 | 259.074,00 | 83.658,00 | 83.658,00 | 175.416,00 | 32,29 | 32,29 |
| TOTAL | 2.063.768,00 | 2.005.550,80 | 1.674.268,09 | 1.674.268,09 | 331.282,71 | 83,48 | 83,48 |

| | Meta PPAG - Crédito inicial (A) | Meta reprogramada - Crédito autorizado (B) | Programado Jan/Dez (C) | Realizado Jan/Dez (D) | Realizado Jan/Dez / meta PPAG - % (D/A) | Realizado Jan/Dez / meta reprogramada - % (D/B) | Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez - % (D/C) |
|-------------------|---------------------------------|--|------------------------|-----------------------|---|---|---|
| Físico | 4 | 2 | 4 | 4 | 100,00 | 200,00 | 100,00 |
| Financeiro | 2.063.768,00 | 2.005.550,80 | 2.063.768,00 | 1.674.268,09 | 81,13 | 83,48 | 81,13 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAFI.

b) Principais entregas e outras informação de execução da ação:

A ação retrata um suporte estratégico para a implementação do Programa Auditoria Interna para o Futuro. Nela estão inseridos investimentos em computadores potentes para o tratamento de dados, sistemas cruciais para a análise e cruzamento de informações provenientes dos softwares estaduais e/ou bases de dados e capacitações para a equipe de auditoria e de tecnologia de informação para a estruturação tecnológica necessária.

O desenvolvimento do UAI Risk, representando uma demanda extraordinária, ampliou o apoio oferecido pela CGE à gestão contribuindo para a implementação da gestão de riscos em contratações, requerida pela Nova Lei de Licitações e Contratos.

Dentre as ações executadas estão:

- Reuniões de alinhamento e redação do projeto de gestão de riscos com as definições dos perfis de acesso, regras de negócio e funcionalidades do sistema de gestão de riscos.
- Reuniões de homologação das funcionalidades do sistema de gestão de riscos à medida que as entregas da Diretoria de Tecnologia da Informação foram sendo realizadas.

- Entrega do Sistema de Gestão de Riscos denominado UAI Risk, desenvolvido pela equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação da CGE, com a participação da equipe da Auge, no evento de Gestão de Riscos em Contratações Públicas promovido pela SEPLAG e CGE em 08/03/2024.
- Power B.I - contratação realizada a execução orçamentária se dará em 12 meses.
- Quality - contratação finalizada em utilização pela área.
- A aquisição das máquinas e equipamentos previstos para o último bimestre foram realizadas, tendo sido finalizado o registro de preços, disponibilizada a ata e assinado o contrato com o fornecedor, entretanto, a entrega da máquinas ocorrerá somente em 2025, bem como a execução orçamentária referente aquisição de equipamentos.
- Renovação das licenças do BI-Prodemge.
- Realização de cursos de Capacitação Fundamentos do Hadoop e Processamento Distribuído de Big Data, Curso Avançado ACL Analytics e Treinamento BI Prodemge.

2.3. Programa 0003 – Enfrentamento da Corrupção e Recuperação de Ativos

Objetivo: Fortalecer os mecanismos de prevenção, detecção e repressão a ilícitos administrativos e atos lesivos praticados, respectivamente, por agentes públicos e por pessoas jurídicas.

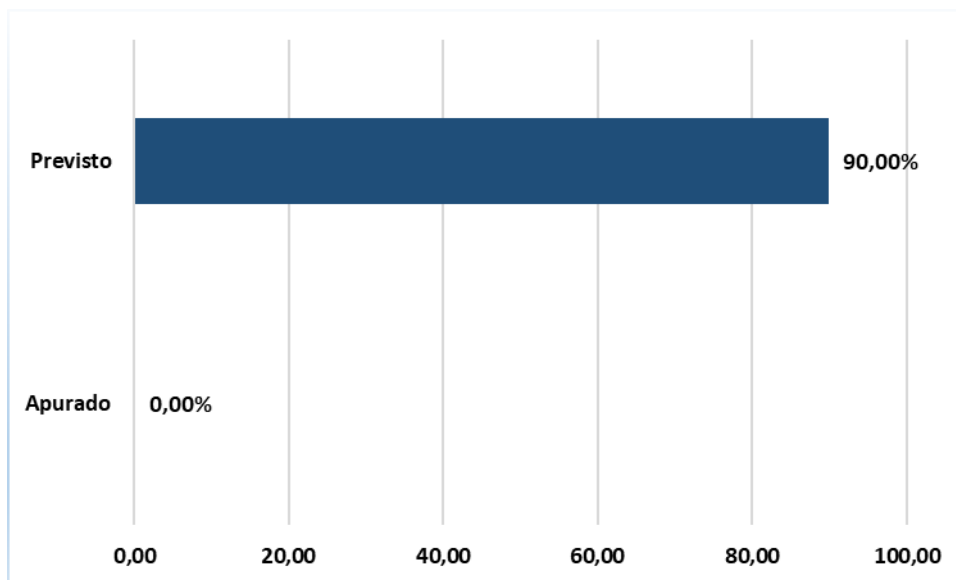
a) Execução Orçamentária:

| Tipo Orçamento | LOA (A) | LOA + Créditos (B) | Realizado (C) | (C/A)% | (C/B)% |
|--|---------------|--------------------|---------------|--------|--------|
| Orçamento Fiscal | 17.116.142,00 | 20.479.515,10 | 18.803.294,59 | 109,86 | 91,82 |
| Orçamento de Investimento das Empresas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 17.116.142,00 | 20.479.515,10 | 18.803.294,59 | 109,86 | 91,82 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAFI.

2.3.1. Indicadores

2.3.2. Índice de Efetividade das Ações Investigativas

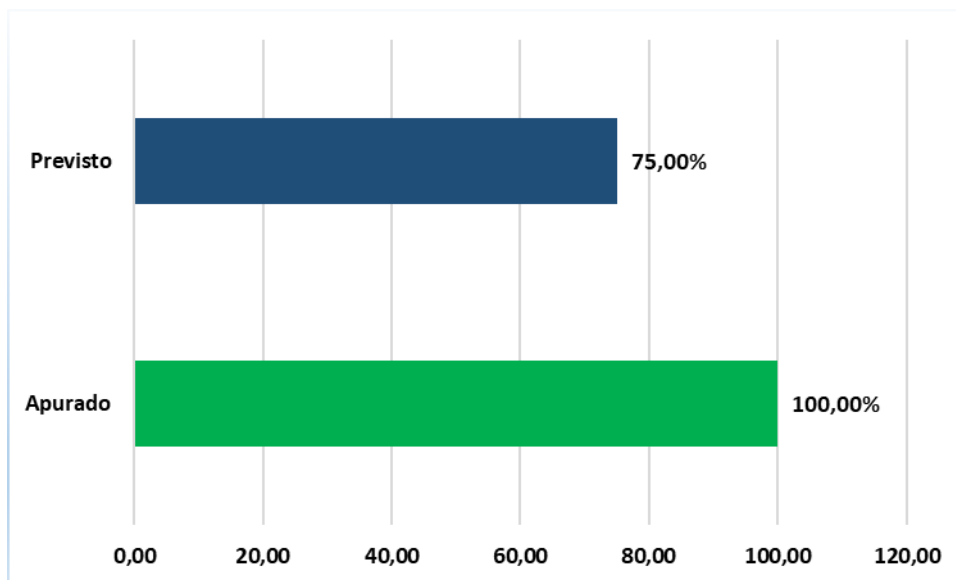


a) Outras informações de execução do indicador:

No exercício de 2024 foram elaborados e remetidos à COGE 05 (cinco) Relatórios de Investigação (RI CGE/NUCC nº 02/2024, nº 03/2024, nº 04/2024, nº 05/2024 e nº 06/2024) que devem ser submetidos a juízo de admissibilidade para eventual instauração dos respectivos processos de responsabilização. Contudo, no corrente ano, não foi possível a realização da referida avaliação pela unidade.

Tendo em vista que o indicador tem por objetivo avaliar a qualidade e a efetividade da atuação do NUCC, e não a capacidade de processamento da COGE, seu cálculo se dá por meio da divisão do número de juízos de admissibilidade favoráveis emitidos, pela COGE, pelo número de investigação submetidas, pelo NUCC, a ela. Como não houve a emissão de juízos relacionados aos relatórios remetidos em 2024, restou prejudicada a apuração do indicador.

2.3.3. Percentual de eliminação do passivo de processos administrativos disciplinares



a) Outras informações de execução do indicador:

A meta era eliminar 75% dos processos administrativos disciplinares que já contavam com mais de 24 meses de instauração, estando pendentes de conclusão pelas comissões processantes e/ou decisão pelas autoridades competentes.

Ao final do exercício, não havia mais qualquer processo pendente de instrução ou julgamento com mais de 2 anos de instauração.

Com o resultado alcançado, ou seja, a eliminação de todo o passivo existente, a Corregedoria-Geral vem conferindo maior efetividade à atividade de apuração de ilícitos administrativos, de forma a reduzir a sensação de impunidade e evitar a perda da pretensão punitiva do Estado (prescrição).

A eliminação do passivo é, portanto, uma forma de garantir eficiência e agilidade na conclusão dos processos administrativos sancionadores, em observância aos princípios constitucionais da razoável duração do processo e da segurança jurídica.

2.3.4. Ação 4303 – Execução de Ações Investigativas e Recuperação de Ativos

Finalidade: Executar ações investigativas que visem a recuperação de ativos e a responsabilização de pessoas jurídicas e agentes públicos pela prática de atos lesivos ou ilícitos administrativos.

Produto: Produto disponibilizado.

Unidade de medida: Produto.

a) Execução Orçamentária e Físico-Financeira:

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| G.F.P | Crédito inicial (A) | Crédito autorizado (B) | Empenhado (C) | Liquidado(D) | Saldo de crédito (B-C) | Empenhado / crédito autorizado - % (C/B) | Liquidado / crédito autorizado - % (D/B) |
|--------|---------------------|------------------------|---------------|--------------|------------------------|--|--|
| 1.10.1 | 4.647.087,00 | 5.255.188,00 | 4.680.454,33 | 4.680.454,33 | 574.733,67 | 89,06 | 89,06 |
| 3.9.1 | 0,00 | 215.014,10 | 178.557,91 | 178.557,91 | 36.456,19 | 83,04 | 83,04 |
| 3.10.1 | 378.964,00 | 371.964,00 | 290.441,00 | 290.441,00 | 81.523,00 | 78,08 | 78,08 |
| 3.10.7 | 167.188,00 | 167.188,00 | 139.724,99 | 139.724,99 | 27.463,01 | 83,57 | 83,57 |
| TOTAL | 5.193.239,00 | 6.009.354,10 | 5.289.178,23 | 5.289.178,23 | 720.175,87 | 88,02 | 88,02 |

| | Meta PPAG - Crédito inicial (A) | Meta reprogramada - Crédito autorizado (B) | Programado Jan/Dez (C) | Realizado Jan/Dez (D) | Realizado Jan/Dez / meta PPAG - % (D/A) | Realizado Jan/Dez / meta reprogramada - % (D/B) | Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez - % (D/C) |
|------------|---------------------------------|--|------------------------|-----------------------|---|---|---|
| Físico | 8 | 5 | 8 | 5 | 62,50 | 100,00 | 62,50 |
| Financeiro | 5.193.239,00 | 6.009.354,10 | 5.193.239,00 | 5.289.178,23 | 101,85 | 88,02 | 101,85 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAFI.

b) Principais entregas e outras informação de execução da ação:

- Conclusão do Procedimento de Negociação de Acordo de Leniência - PNAL 02/2023 e consequente celebração de Acordo de Leniência com a empresa SAP Brasil Ltda.;
- Novo Decreto de Regulamentação da Lei Anticorrupção - Decreto Estadual nº 48.821, de 13 de maio de 2024 – trabalho em parceria com a Corregedoria-Geral do Estado;
- Nova Resolução Conjunta CGE/AGE nº 05/2024;
- Contratação da Capacitação “Negociação Avançada em Acordos de Leniência” (ministrada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, entre os dias 26 e 30 de agosto de 2024, nas dependências da Fundação João Pinheiro – FJP;

- Emissão de 06 (seis) relatórios que tiveram por objeto avaliações de contratações na área de infraestrutura financiadas com recursos destinados às medidas de reparação da Vale S.A.;
- Suporte a trabalhos e ações do NUCC e de demais unidades administrativas da CGE;
- Suporte na produção de informações gerenciais relacionadas ao Sistema SISPATRI;
- Participação no Grupo de Trabalho instituído por meio da Resolução Conjunta CGE/SEF nº 03, de 11/04/2023;
- Contratação e implementação, em conjunto com a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da CGE, do serviço b-Cadastros do SERPRO;
- Atualização do cadastro dos Agentes de RH e Agentes de Auditoria no sistema SISPATRI.

2.3.5. Ação 4310 – Fortalecimento da Prevenção a Ilícitos Administrativos

Finalidade: Prevenir condutas ilícitas passíveis de responsabilização administrativa pelo poder executivo estadual.

Produto: Ação realizada.

Unidade de medida: Unidade.

a) Execução Orçamentária e Físico-Financeira:

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| G.F.P | Crédito inicial (A) | Crédito autorizado (B) | Empenhado (C) | Liquidado(D) | Saldo de crédito (B-C) | Empenhado / crédito autorizado - % (C/B) | Liquidado / crédito autorizado - % (D/B) |
|-------------------|---------------------------------|--|------------------------|-----------------------|---|---|---|
| 1.10.1 | 3.571.171,00 | 3.562.823,00 | 3.535.720,73 | 3.535.720,73 | 27.102,27 | 99,24 | 99,24 |
| 3.10.1 | 197.036,00 | 203.036,00 | 192.601,78 | 192.601,78 | 10.434,22 | 94,86 | 94,86 |
| 3.10.7 | 309.454,00 | 235.384,00 | 151.765,56 | 151.765,56 | 83.618,44 | 64,48 | 64,48 |
| TOTAL | 4.077.661,00 | 4.001.243,00 | 3.880.088,07 | 3.880.088,07 | 121.154,93 | 96,97 | 96,97 |
| | Meta PPAG - Crédito inicial (A) | Meta reprogramada - Crédito autorizado (B) | Programado Jan/Dez (C) | Realizado Jan/Dez (D) | Realizado Jan/Dez / meta PPAG - % (D/A) | Realizado Jan/Dez / meta reprogramada - % (D/B) | Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez - % (D/C) |
| Físico | 10 | 14 | 10 | 20 | 200,00 | 142,86 | 200,00 |
| Financeiro | 4.077.661,00 | 4.001.243,00 | 4.077.661,00 | 3.880.088,07 | 95,15 | 96,97 | 95,15 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAFI.

b) Principais entregas e outras informação de execução da ação:

Foram realizadas 19 ações distribuídas entre os 4 eixos temáticos, a saber: educação, controle, normatização e atuação em rede. Desta forma, foi alcançada a meta de 100% de execução do Plano de Prevenção de Ilícitos Administrativos.

Foram realizadas diversas capacitações e encontros no exercício, culminando num total de 1.796 participantes presenciais e 4.298 visualizações no Youtube. Além disso, houve atualização de Manual, publicação de Informes, súmulas e revisões de normativos, tudo com vistas a maior assertividade correcional.

Assim, de forma mais detalhada, seguem abaixo as principais ações realizadas por eixo:

Eixo Educação: Foram realizadas sete ações de capacitação para fortalecer a prevenção de ilícitos administrativos, com destaque:

- Diálogos Correcionais, com palestras e debates técnicos para disseminação da cultura da integridade (Campanha de Prevenção e Combate ao Assédio Moral na SEJUSP, Seminário Estadual de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, Apresentação sobre proteção à testemunha no âmbito correcional, na 1ª Reunião Ordinária da Rede de Corregedorias, Assédio Moral e Sexual no Trabalho na FAPEMIG e palestra na FAOP envolvendo temas correcionais, em especial deveres e proibições, bem como assédio moral e sexual).
- Capacitação em Regime Disciplinar, formando 500 agentes públicos sobre normas e procedimentos disciplinares.
- Capacitação sobre Responsabilização de Pessoas Jurídicas, treinando servidores para a aplicação da Lei Anticorrupção.
- Capacitação para Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista sobre temas afetos à atividade correcional, nos termos da Lei 13.303/2016.
- Treinamento sobre o Processo Eletrônico (PAD-e), qualificando mais de 400 servidores para uso do sistema digital.
- III Semana de Controle Interno, com a publicação do Decreto nº 48.821/2024, que atualizou a regulamentação da lei anticorrupção no Estado, e da Resolução CGE nº 8/2024, que estabelece diretrizes para a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nos procedimentos correcionais conduzidos no âmbito do Estado.

- V Seminário de Direito Administrativo Sancionador: o evento contou com a presença de 134 (cento e trinta e quatro) pessoas no Auditório do BDMG, e 486 (quatrocentos e oitenta e seis) espectadores “online”, que assistiram ao evento pelo Youtube, através do canal da Controladoria-Geral do Estado (CGE).

Eixo Controle: Fortalecimento das relações institucionais e aprimoramento da atividade correcional. Resultados principais:

- Projeto Coordena SASC: foram realizadas reuniões com 20 órgãos, tendo sido identificados os principais pontos de atenção, as boas práticas, além de recomendações para a assertividade correcional.
- Dois encontros do Café com NUCAD, promovendo trocas de boas práticas entre unidades correcionais.
- Informes, consultas e orientações técnicas: foram respondidas 172 consultas técnicas pela Corregedoria-Geral, garantindo orientação precisa aos órgãos e entidades.
- Coge Orienta: foram elaborados 5 "Informes COGE" sobre os seguintes temas: Nepotismo, Assédio Eleitoral, período eleitoral, Impedimento e suspeição na atividade administrativa, Inassiduidade e Impontualidade. Houve também a publicação de vídeo sobre “Ilícitos Administrativos e Penalidades Aplicáveis - Parte 2”.

Eixo Normatização: Aprimoramento da base normativa e orientativa da atividade correcional. Destacam-se:

- Atualização do Manual de Apuração de Ilícitos Administrativos, agora em versão digital, facilitando o acesso aos servidores.
- Publicação de súmulas administrativas, trazendo maior segurança jurídica na interpretação das normas disciplinares. Foram publicadas 2 súmulas no ano de 2024, versando sobre o Compromisso de Ajustamento Disciplinar nos casos de assédio moral, bem como sobre os efeitos secundários da penalidade decorrente do assédio moral.
- Manifestação em projetos de lei e regulamentos, auxiliando a normatização dos procedimentos administrativos: houve a manifestação na regulamentação do Processo Administrativo Simplificado para os servidores contratados da SEE, considerando a publicação da Lei nº 24.805/2024.

- Foi proposta a regulamentação do Subsistema de Correição Administrativa, sendo observado pela Assessora Jurídica a necessidade de alteração de lei que aprova a estrutura da CGE, bem como decreto de regulação para adequação dos parâmetros do subsistema sugerido.
- Edição do Decreto Estadual nº 48.821, de 13 de maio de 2024, que descentralizou a competência para instauração de processos (PAR) com base na Lei nº 12.846, de 2013, no âmbito do Poder Executivo Estadual, revogando o anterior Decreto Estadual nº 46.782, de 2015.

Eixo Atuação em Rede: Expansão da colaboração com outras instituições e redes de corregedorias. Principais entregas:

- Participação ativa no Programa de Fortalecimento de Corregedorias (PROCOR), com intercâmbio técnico entre estados, através de encontros e reuniões ordinárias da Rede de Corregedorias.
- Coordenação do Conselho de Corregedores (CONREGE), promovendo a integração entre as unidades de correição administrativa dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. Foram realizadas 4 reuniões ordinárias durante o exercício.
- Representação na Câmara Técnica do CONACI, discutindo melhorias na aplicação da Lei Anticorrupção e no Processo Administrativo de Responsabilização.
- Participação na Rede Nacional de Integridade com o intuito de disseminar conhecimentos, boas práticas e estratégias integradas de promoção da integridade no ambiente privado entre os entes federados nos três níveis da federação, sob a coordenação da Secretaria de Integridade Privada da CGU.
- Participação no CONECI-MG, sob coordenação da CGE-MG, com a disseminação de boas práticas e estratégias referentes à Processos Administrativos de Responsabilização (PAR), previstos na Lei Anticorrupção, para diversos Órgãos de Controle Municipais, mineiros e de outros Estados.

2.3.6. Ação 4311 – Apuração de Responsabilidade de Agentes Públicos e Pessoas Jurídicas

Finalidade: Apurar responsabilidades de agentes públicos e de pessoas jurídicas, previstas, respectivamente, na Lei Estadual nº 869/1952 (Estatuto do Servidor Público Civil) e na Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

Produto: Relatório emitido.

Unidade de medida: Relatório.

a) Execução Orçamentária e Físico-Financeira:

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| G.F.P | Crédito inicial (A) | Crédito autorizado (B) | Empenhado (C) | Liquidado(D) | Saldo de crédito (B-C) | Empenhado / crédito autorizado - % (C/B) | Liquidado / crédito autorizado - % (D/B) |
|--------|---------------------|------------------------|---------------|--------------|------------------------|--|--|
| 1.10.1 | 6.635.417,00 | 9.129.770,00 | 8.895.453,56 | 8.895.453,56 | 234.316,44 | 97,43 | 97,43 |
| 3.10.1 | 130.920,00 | 97.920,00 | 87.481,28 | 87.481,28 | 10.438,72 | 89,34 | 89,34 |
| 3.10.7 | 619.665,00 | 781.988,00 | 651.093,45 | 651.093,45 | 130.894,55 | 83,26 | 83,26 |
| 4.95.1 | 459.240,00 | 459.240,00 | 0,00 | 0,00 | 459.240,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 7.845.242,00 | 10.468.918,00 | 9.634.028,29 | 9.634.028,29 | 834.889,71 | 92,03 | 92,03 |

| | Meta PPAG - Crédito inicial (A) | Meta reprogramada - Crédito autorizado (B) | Programado Jan/Dez (C) | Realizado Jan/Dez (D) | Realizado Jan/Dez / meta PPAG - % (D/A) | Realizado Jan/Dez / meta reprogramada - % (D/B) | Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez - % (D/C) |
|------------|---------------------------------|--|------------------------|-----------------------|---|---|---|
| Físico | 32 | 25 | 32 | 25 | 78,13 | 100,00 | 78,13 |
| Financeiro | 7.845.242,00 | 10.468.918,00 | 7.845.242,00 | 9.634.028,29 | 122,80 | 92,03 | 122,80 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAFI.

b) Principais entregas e outras informação de execução da ação:

Responsabilização de Agentes Públicos:

Ao longo do exercício, a Corregedoria-Geral instruiu 30 processos administrativos disciplinares, a maioria de alta complexidade e relevância, considerando, em especial, o envolvimento de autoridades, o envolvimento de agentes públicos de mais de um órgão ou entidade, o dano significativo ao erário e/ou a repercussão na mídia.

Ao final, foram concluídos 22 processos pelas comissões disciplinares, com a emissão de relatório final e a apuração de responsabilidade de 51 agentes públicos (PADs 6/2020, 8/2022, 4/2023, 10/2023, 1/2021, 5/2023, 11/2023, 2130/2022, 3/2024,

8/2024, 3/2023, 8/2023, 7/2024, 1/2024, 5/2024, 9/2023, 2/2024, 2/2021, 3/2021, 3/2022, 4/2022 e 6/2023).

Mencionados processos ficaram em tramitação por aproximadamente 19 meses (média). Foi um resultado positivo, pois houve a eliminação do passivo (processos instaurados há mais de 24 meses) e a redução do tempo médio de instrução (entre 2019 e 2023 o tempo médio foi de 30 meses). Resta concluir a instrução de 9 processos instaurados até 2024, sendo 2 de 2022 (sobrestados por decisão judicial), 2 de 2023 e 5 de 2024.

Responsabilização de Pessoas Jurídicas:

No que tange à aplicação da Lei nº 12.846, de 2013 (Lei Anticorrupção), durante o exercício de 2024, foram instaurados 6 Processos Administrativos de Responsabilização de Pessoas Jurídicas (PAR) no Órgão Central de Controle Interno (CGE); e devolvidos outros 4 expedientes para instauração de processos nos respectivos órgãos de origem da demanda, em razão da descentralização desta competência estabelecida no Decreto Estadual nº 48.821, de 2024.

Referente aos processos em trâmite, já instaurados, 3 foram concluídos pelas comissões e 5 foram decididos pela autoridade competente; outros 6 transitaram em julgado administrativamente, com decisão administrativa irrecorrível.

As multas aplicadas oriundas destes processos somaram R\$ 511.198,31 (quinhentos e onze mil, cento e noventa e oito reais e trinta e um centavos), dos quais foram pagos (recebidos pelos cofres públicos) o montante de R\$ 107.236,40 (cento e sete mil, duzentos e trinta e seis reais e quarenta centavos).

Também houve cumprimento da meta de redução do passivo, com a conclusão dos processos instaurados em 2020 e 2021, concomitantemente com redução do tempo médio de tramitação dos processos.

2.4 Programa 0004 - CGE Integrada e Eficiente

Objetivo: Desenvolver capacidades técnica e institucional das unidades administrativas do órgão central da CGE e das controladorias setoriais e seccionais dos demais órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, por meio da padronização e da simplificação das práticas organizacionais e dos processos internos, do fortalecimento da integração entre as unidades da CGE, da coordenação

técnica das controladorias setoriais e seccionais, da atuação em rede e do aprimoramento da governança de tecnologia da informação e comunicação.

a) Execução Orçamentária

| Tipo Orçamento | LOA (A) | LOA + Créditos (B) | Realizado (C) | (C/A)% | (C/B)% |
|--|---------------|--------------------|---------------|--------|--------|
| Orçamento Fiscal | 11.249.960,00 | 13.899.752,80 | 12.076.293,76 | 107,35 | 86,88 |
| Orçamento de Investimento das Empresas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 11.249.960,00 | 13.899.752,80 | 12.076.293,76 | 107,35 | 86,88 |

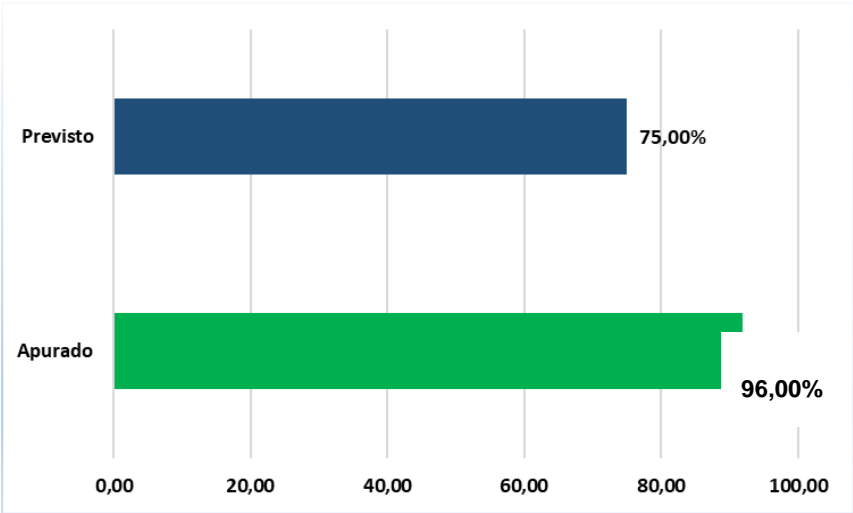
2.4.1 Indicador

O indicador do Programa 0004 é representado pelo Percentual de Execução do Plano de Atividades de Controle Interno, cujo resultado é obtido pela aplicação da seguinte fórmula: (produtos executados em transparência, integridade e controle social + produtos executados em auditoria + produtos executados em correição) / (produtos planejados em transparência, integridade e controle social + produtos planejados em auditoria + produtos planejados em correição) * 100.

Os dados são consolidados a partir dos Relatórios de Controle Interno (Raci), emitidos pelas Controladorias Setoriais e Seccionais, que contêm informações a respeito das ações planejadas e executadas pelas unidades descentralizadas no exercício de 2024 por macrofunção da Controladoria-Geral do Estado, bem como sobre o quantitativo de produtos previstos e emitidos neste período.

2.4.2 Percentual de Execução do Plano de Atividade de Controle Interno

O resultado da apuração do indicador do Programa 0004 – Percentual de Execução do Plano de Atividades de Controle Interno – foi de 96,00%, acima do valor de 75,00% previsto para o exercício de 2024, conforme gráfico a seguir:



2.4.3 Ação 4312 – Fortalecimento Do Controle Interno E Das Redes De Controle

Finalidade: Contribuir para um controle interno forte, atuante e integrado às redes de controle, especialmente, a rede dos órgãos de controle interno do poder executivo e legislativo municipal, com servidores bem preparados, promovendo a simplificação, a inovação e a melhoria de processos internos e aprimorando a atuação dos servidores em exercício no controle interno do poder executivo estadual.

Produto: Atividade realizada.

Unidade de medida: Atividade.

a) Execução Orçamentária e Físico-Financeira:

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| G.F.P | Crédito inicial (A) | Crédito autorizado (B) | Empenhado (C) | Liquidado(D) | Saldo de crédito (B-C) | Empenhado / crédito autorizado - % (C/B) | Liquidado / crédito autorizado - % (D/B) |
|--------|---------------------|------------------------|---------------|--------------|------------------------|--|--|
| 1.10.1 | 2.046.010,00 | 1.720.010,00 | 783.078,48 | 783.078,48 | 936.931,52 | 45,53 | 45,53 |
| 3.10.1 | 185.150,00 | 185.150,00 | 131.481,65 | 131.481,65 | 53.668,35 | 71,01 | 71,01 |
| 3.10.7 | 0,00 | 36.278,00 | 36.277,20 | 36.277,20 | 0,80 | 100,00 | 100,00 |
| 4.9.1 | 0,00 | 17.035,80 | 0,00 | 0,00 | 17.035,80 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 2.231.160,00 | 1.958.473,80 | 950.837,33 | 950.837,33 | 1.007.636,47 | 48,55 | 48,55 |

| | Meta PPAG - Crédito inicial (A) | Meta reprogramada - Crédito autorizado (B) | Programado Jan/Dez (C) | Realizado Jan/Dez (D) | Realizado Jan/Dez / meta PPAG - % (D/A) | Realizado Jan/Dez / meta reprogramada - % (D/B) | Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez - % (D/C) |
|------------|---------------------------------|--|------------------------|-----------------------|---|---|---|
| Físico | 12 | 12 | 12 | 12 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Financeiro | 2.231.160,00 | 1.958.473,80 | 2.231.160,00 | 950.837,33 | 42,62 | 48,55 | 42,62 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAFI.

b) Principais entregas e outras informação de execução da ação:

O fortalecimento das redes de controle ocorreu com a participação do Controlador Geral ativamente em todos os meses do ano em diversos encontros, tanto no estado, quanto em outros entes da federação, incluindo diferentes países, atuando como presidente do Conselho Estadual de Controle Interno (CONECI), coordenando a Secretaria Executiva das Redes de Controle (Secex) e a Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção - ARCCO/MG.

Foram executadas várias ações de contribuição constante de inovação dos processos da CGE, na medida em que o aprimoramento contínuo fruto das boas práticas observadas em outros contextos são implantadas e geram bons resultados para Minas Gerais.

Foram realizadas 4 reuniões do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), 12 reuniões do Conselho Estadual de Controle Interno (CONECI), 1 Encontro Estadual de Controle Interno, 5 encontros da Rede de Controle e Combate à Corrupção de Minas Gerais (ARCCO), 4 reuniões da Rede de Controle da Gestão Pública (SECEX), além da organização da Semana Mineira do Controle Interno e da Semana Internacional de Combate à Corrupção. Na maior parte desses eventos, houve a participação de servidores e gestores da CGE.

2.4.4 Ação 4313 – Coordenação das Unidades Descentralizadas da CGE

Finalidade: Promover a interação, o gerenciamento e o alinhamento técnico das controladorias setoriais e seccionais, unidades de execução da CGE, à qual se subordinam tecnicamente, com as unidades do órgão central da CGE, por meio da prestação de orientações relacionadas com as diretrizes, técnicas, padrões e procedimentos a serem observados pelas unidades e da harmonização entre as demandas do controle interno e os objetivos estratégicos dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

Produto: Serviço de Assessoramento Prestado.

Unidade de medida: Unidade.

a) Execução Orçamentária e Físico-Financeira:

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| G.F.P | Crédito inicial (A) | Crédito autorizado (B) | Empenhado (C) | Liquidado(D) | Saldo de crédito (B-C) | Empenhado / crédito autorizado - % (C/B) | Liquidado / crédito autorizado - % (D/B) |
|--------------|---------------------|------------------------|----------------------|----------------------|------------------------|--|--|
| 1.10.1 | 8.707.491,00 | 10.249.554,00 | 9.758.646,58 | 9.758.646,58 | 490.907,42 | 95,21 | 95,21 |
| 3.10.1 | 10.152,00 | 10.152,00 | 9.210,00 | 9.210,00 | 942,00 | 90,72 | 90,72 |
| 3.10.7 | 228.327,00 | 733.919,00 | 628.453,28 | 628.453,28 | 105.465,72 | 85,63 | 85,63 |
| TOTAL | 8.945.970,00 | 10.993.625,00 | 10.396.309,86 | 10.396.309,86 | 597.315,14 | 94,57 | 94,57 |

| | Meta PPAG - Crédito inicial (A) | Meta reprogramada - Crédito autorizado (B) | Programado Jan/Dez (C) | Realizado Jan/Dez (D) | Realizado Jan/Dez / meta PPAG - % (D/A) | Realizado Jan/Dez / meta reprogramada - % (D/B) | Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez - % (D/C) |
|-------------------|---------------------------------|--|------------------------|-----------------------|---|---|---|
| Físico | 100 | 100 | 100 | 100 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Financeiro | 8.945.970,00 | 10.993.625,00 | 8.945.970,00 | 10.396.309,86 | 116,21 | 94,57 | 116,21 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAFI.

b) Principais entregas e outras informação de execução da ação:

As entregas da ação estão ligadas ao assessoramento prestado pela Assessoria de Harmonização às Controladorias Setoriais e Seccionais com vistas ao cumprimento de suas competências junto aos respectivos órgãos/entidades em que estão inseridos. Destaca-se, a seguir, as principais atividades:

- Revisão anual da metodologia que dispõe sobre as diretrizes do Plano de Atividades de Controle Interno – PACI e acompanhamento da sua elaboração pelas Controladorias Setoriais e Seccionais – Cset/Csec;
- Monitoramento contínuo da execução das atividades contidas no PACI e reuniões Realização de visitas ou reuniões técnicas com as Controladorias Setoriais e Seccionais: 83 reuniões de monitoramento realizadas com as Cset/Csec para acompanhamento da execução do planejamento relativo à 2024, bem como suporte para a execução das ações; Acompanhamento das denúncias e monitoramento das respostas junto às Cset/Csec;
- Apoio e fornecimento às Setoriais e Seccionais de diretrizes, modelos, padrões, técnicas, procedimentos e métodos desenvolvidos pelas unidades da CGE para execução das atividades previstas no PACI: Consulta à base de dados contendo informações para o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) para

acompanhar prestação de contas dos órgãos entidades; 12 Boletins “Harmonização” contendo normativos que dispõe sobre matérias relevantes para os trabalhos das unidades; 8 consultas técnicas realizadas; 61 Comunicados Gerais e 78 Comunicados Específicos emitidos com informações de interesse das unidades;

- Coordenação do processo de avaliação de desempenhos dos chefes das Controladorias Setoriais e Seccionais;
- Seleção dos Controladores Setoriais / Seccionais: 14 processos seletivos para seleção de Controladores Seccionais e Setoriais, 250 currículos analisados, 42 entrevistas por competências e 8 Controladores Setoriais e Seccionais selecionados;
- Realização da avaliação sistemática da estrutura das Controladorias Setoriais e Seccionais, visando propor medidas de melhoria dos recursos humanos, materiais e tecnológicos: Emissão de Relatório de Avaliação da Estrutura das Controladorias Setoriais emitido em abril de 2024;
- Promoção da Harmonização das atividades das Controladorias Setoriais e Seccionais com o órgão Central: Pesquisa de Relacionamento CGE: órgão central com Cset/Csec; Criação de banco de boas práticas na intranet CGE.

2.4.5 Ação 4314 – Governança TIC para o controle interno

Finalidade: Implementar e institucionalizar a política de governança de tecnologia da informação na CGE-MG para assegurar o alinhamento das práticas de governança e gestão de TI com as estratégias institucionais do órgão. Considera-se governança de TI o conjunto estruturado de políticas, normas, métodos e procedimentos destinados a permitir à alta administração e aos executivos o planejamento, a direção e o controle da utilização atual e futura de tecnologia da informação, de modo a assegurar, a um nível aceitável de risco, eficiente utilização de recursos, apoio aos processos da organização e alinhamento estratégico com objetivos desta última. seu objetivo, pois, é garantir que o uso da TI agregue valor ao negócio da organização. Áreas de foco da governança de TI: a) a governança de TI se traduz em um conjunto de políticas, processos, papéis e responsabilidades associados a estruturas e pessoas da organização, de modo a se estabelecer claramente o processo de tomada de decisões

e as diretrizes para o gerenciamento e uso da TI, tudo isso de forma alinhada com a visão, missão e metas estratégicas da organização. b) alinhamento estratégico - assegura o alinhamento dos planos da TI com os de negócio e alinha a operação e as entregas da TI com as operações da organização. c) entrega de valor - assegura que os benefícios previstos pela TI estão realmente sendo gerados, dentre eles a otimização de custos e outros valores intrínsecos que a TI pode proporcionar. d) gestão de riscos - permite que a organização reconheça todos os riscos (e oportunidades) derivados da TI para o negócio e que decida e tenha planos para mitigá-los na medida que julgue necessário. e) gestão de recursos - assegura a gestão dos recursos mais importantes para TI: recursos humanos e recursos tecnológicos (informações, infraestrutura, aplicações). Promove a valorização do conhecimento e da infraestrutura. f) mensuração de desempenho - acompanha e monitora a implementação da estratégia, consumação de projetos, uso dos recursos e entrega dos serviços quanto à sua contribuição para as estratégias e objetivos do negócio, utilizando-se não apenas de critérios financeiros.

Produto: Iniciativa realizada.

Unidade de medida: Iniciativa.

a) Execução Orçamentária e Físico-Financeira:

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| G.F.P | Crédito inicial (A) | Crédito autorizado (B) | Empenhado (C) | Liquidado(D) | Saldo de crédito (B-C) | Empenhado / crédito autorizado - % (C/B) | Liquidado / crédito autorizado - % (D/B) |
|--------------|---------------------|------------------------|-------------------|-------------------|------------------------|--|--|
| 3.10.1 | 72.830,00 | 947.654,00 | 729.146,57 | 729.146,57 | 218.507,43 | 76,94 | 76,94 |
| TOTAL | 72.830,00 | 947.654,00 | 729.146,57 | 729.146,57 | 218.507,43 | 76,94 | 76,94 |

| | Meta PPAG - Crédito inicial (A) | Meta reprogramada - Crédito autorizado (B) | Programado Jan/Dez (C) | Realizado Jan/Dez (D) | Realizado Jan/Dez / meta PPAG - % (D/A) | Realizado Jan/Dez / meta reprogramada - % (D/B) | Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez - % (D/C) |
|-------------------|---------------------------------|--|------------------------|-----------------------|---|---|---|
| Físico | 6 | 5 | 6 | 6 | 100,00 | 120,00 | 100,00 |
| Financeiro | 72.830,00 | 947.654,00 | 72.830,00 | 729.146,57 | 1.001,16 | 76,94 | 1.001,16 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAFI.

b) Principais entregas e outras informação de execução da ação:

A Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE) realizou avanços estratégicos na área de Governança de Tecnologia e Segurança da Informação, destacando-se as seguintes ações:

- Constituição do Comitê de Governança de Tecnologia e Segurança da Informação, conforme a Portaria CGE/MG Nº 02 de 04/03/2024, com nomeação dos membros e realização de reuniões.
- Elaboração do Regimento Interno do Comitê e publicação da Resolução que institui a Política de Segurança da Informação da CGE.
- Conclusão do Relatório de Autoavaliação da Governança de TI, que servirá de base para o Plano de Ação 2024/2027.
- Elaboração da Política de Governança de Dados da CGE.
- Levantamento das dores e necessidades tecnológicas em todas as áreas da CGE.
- Construção do Painel de Gestão de Contratos, estruturado com dados extraídos do B.O.
- Desenvolvimento do Procedimento Operacional Padrão de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação.
- Criação do Laboratório de Inovação e Tecnologia (LabIT) para fomentar soluções inovadoras na área de TI.
- Diagnóstico do nível de maturidade em Governança de TI, permitindo uma avaliação precisa da estrutura atual.
- Implementação do Sistema UAI Risk, fortalecendo a gestão de riscos na CGE.
- Contratação de serviços para renovação da garantia técnica da solução de infraestrutura hiperconvergente, garantindo suporte tecnológico contínuo à Controladoria-Geral do Estado.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da CGE com a inovação, segurança e eficiência na gestão de tecnologia da informação.

2.5 Programa 0705 – Apoio às Políticas Públicas

2.5.1 – Ação 2500 – Assessoramento e Gerenciamento de Políticas Públicas

Finalidade: Viabilizar a execução de serviços técnicos-administrativos de gerenciamento e suporte da área meio dos órgãos e entidades, elencando os recursos que não podem ser diretamente distribuídos nas ações finalísticas.

Produto: Ação de apoio à gestão institucional realizada.

Unidade de Medida: Ação.

a) Execução Orçamentária e Físico-Financeira:

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| G.F.P | Crédito inicial (A) | Crédito autorizado (B) | Empenhado (C) | Liquidado(D) | Saldo de crédito (B-C) | Empenhado / crédito autorizado - % (C/B) | Liquidado / crédito autorizado - % (D/B) |
|--------------|---------------------|------------------------|---------------------|---------------------|------------------------|--|--|
| 1.10.1 | 7.738.745,00 | 8.147.008,00 | 7.140.065,98 | 7.140.065,98 | 1.006.942,02 | 87,64 | 87,64 |
| 3.10.1 | 677.137,00 | 665.137,00 | 601.611,23 | 601.611,23 | 63.525,77 | 90,45 | 90,45 |
| 3.10.7 | 792.052,00 | 792.052,00 | 560.798,00 | 560.798,00 | 231.254,00 | 70,80 | 70,80 |
| TOTAL | 9.207.934,00 | 9.604.197,00 | 8.302.475,21 | 8.302.475,21 | 1.301.721,79 | 86,45 | 86,45 |

| | Meta PPAG - Crédito inicial (A) | Meta reprogramada - Crédito autorizado (B) | Programado Jan/Dez (C) | Realizado Jan/Dez (D) | Realizado Jan/Dez / meta PPAG - % (D/A) | Realizado Jan/Dez / meta reprogramada - % (D/B) | Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez - % (D/C) |
|-------------------|---------------------------------|--|------------------------|-----------------------|---|---|---|
| Físico | 1 | 1 | 1 | 1 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Financeiro | 9.207.934,00 | 9.604.197,00 | 9.207.934,00 | 8.302.475,21 | 90,17 | 86,45 | 90,17 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAFI.

b) Principais entregas e outras informação de execução da ação:

Ação padronizada destinada à cobertura das despesas com pessoal e demais custos administrativos do órgão, com o objetivo de garantir a execução de serviços técnico-administrativos essenciais ao gerenciamento e suporte das áreas finalísticas da Controladoria-Geral do Estado. Além disso, essa ação contempla gastos imprescindíveis para o funcionamento contínuo da administração e o atendimento direto à alta gestão, assegurando os recursos necessários para o processo de tomada de decisões estratégicas.

3. RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO E PARECER CONCLUSIVO DO CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO DOS SERVIÇOS DESCENTRALIZADOS ÀS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor - conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão; e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria -, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais.

A Controladoria-Geral do Estado não executa serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão; e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria.

4. CONFORMIDADE E DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO DE 2024, EM FACE DO PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DO ALCANCE DE RESULTADOS, UTILIZANDO-SE DE INDICADORES CONSOANTES ÀS AÇÕES E METAS ESTABELECIDAS

4.1. Governança

A estrutura orgânica da CGE vigente em 2024 foi instituída pela Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023 e Decreto nº 48.687, de 13 de setembro de 2023. Assim, além dos colegiados subordinados administrativamente, a instituição possui outros instrumentos de governança participativa em sua estrutura, os quais permitem que decisões internas sejam tomadas considerando as diferentes perspectivas dos agentes públicos em exercício no órgão. Cabe destacar as disposições do Regimento Interno, que traz previsões sobre a governança participativa na CGE.

No ano de 2024, os instrumentos de governança participativa foram: Comitê Estratégico de Governança (CEG); Comitês Temáticos; Comissões; Conselhos Editoriais; Grupos de Trabalho; Consulta Interna e Consultas Pública.

O Comitê Estratégico de Governança – CEG é a instância superior de governança participativa, de caráter consultivo, propositivo e deliberativo, e tem como objetivo assessorar o Controlador-Geral do Estado em pautas estratégicas do órgão.

Dentre os Comitês Temáticos, cabe destacar o Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles (CGIRC) que supervisiona, orienta e monitora estruturas, sistemas, fluxos e processos de governança, integridade, gestão de riscos e controles da instituição, bem como atualiza o Programa de Integridade da CGE.

Os Comitês Temáticos são instâncias transversais e permanentes de governança participativa, de caráter consultivo, propositivo e deliberativo, e têm como objetivo promover a implementação de ações por todas as unidades administrativas do órgão,

competindo-lhes as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras atribuições determinadas em seus atos normativos específicos.

As Comissões são instâncias específicas e permanentes de governança participativa e têm como objetivo assegurar a implementação de ações em áreas determinadas, competindo-lhes as atribuições que forem determinadas em seus atos normativos específicos.

Os conselhos editoriais e os grupos de trabalho da CGE são instâncias de governança participativa instituídas quando necessário e terão seus objetivos, atribuições e composições determinados em atos normativos específicos.

A consulta interna é um instrumento de governança participativa destinado à participação dos agentes em exercício no órgão central da CGE e nas controladorias setoriais e seccionais, que ocorre por meio de consulta restrita ao público interno, viabilizando a construção colaborativa de atos normativos ou administrativos do órgão.

A consulta pública é um instrumento de governança participativa destinado à participação da sociedade, que ocorre por meio de consulta pública ampla, viabilizando a construção democrática de atos normativos ou administrativos do órgão.

4.2. Estratégia

Em 2024 houve a aprovação de Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2027. O instrumento conta com oito objetivos estratégicos, quais sejam:

I – otimizar recursos humanos e orçamentários visando o cumprimento das competências e atribuições do órgão; II – proporcionar um ambiente acolhedor e oportuno ao desenvolvimento profissional e humano; III – aprimorar o planejamento, a padronização e a simplificação de práticas organizacionais e processos internos; IV – fortalecer a integração entre as unidades da CGE, a coordenação técnica das controladorias setoriais e seccionais e a atuação em rede; V – institucionalizar a governança de dados e aprimorar a gestão da tecnologia da informação e comunicação; VI – fortalecer a integridade, a transparência e a participação social; VII

– aprimorar a gestão governamental e as políticas públicas e VIII – prevenir irregularidades, fraudes e ilícitos, combater a corrupção e recuperar ativos.

Em 2024, os indicadores e respectivas metas foram monitorados quadrimestralmente, conforme Relatórios de Monitoramento do Planejamento Estratégico, elaborados pela Assessoria Estratégica e de Gestão de Riscos (AEGRI).

4.3. Gestão de riscos

A experiência em gestão de riscos da CGE de exercícios anteriores foi consolidada em 2024 por meio da revisão de sua metodologia e desenvolvimento de sistema de gestão de riscos, denominado UAI Risk. Assim, a gestão de riscos estratégicos e de processos vem sendo integrada e a equipe responsável dedicou-se ao UAI Risk, o qual incorpora a nova metodologia, bem como os eventos de riscos relacionados às contratações públicas, consoante disposto na nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

Sobre o tema, cabe mencionar a Declaração de Appetite a Riscos (Resolução CGE nº 16, de 12 de dezembro de 2023) e a Política de Gestão de Riscos (Resolução CGE nº 17, de 12 de dezembro de 2023) do órgão, instrumentos que orientam as atividades sobre a gestão de riscos na instituição.

4.4. Gestão da integridade organizacional

Em 2024 foi instituído o novo Programa de Integridade da CGE, elaborado com base em metodologia desenvolvida pela Subcontroladoria de Transparência, Integridade e Controle Social e utilizando o sistema SisPMPI para a elaboração.

O Programa de Integridade conta com quatorze ações, distribuídas nos eixos: Compromisso com a integridade; Governança, gestão de riscos e controles; Prevenção, detecção e tratamento dos riscos de integridade; Prevenção ao conflito de interesses; Transparência e controle social e Promoção da cultura da integridade. O monitoramento permanece sendo realizado pelo CGIRC, com periodicidade bimestral.

4.5. Sustentabilidade ambiental e responsabilidade social

A atuação em redes de controle, a exemplo do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção de Minas Gerais (ARCCO) e Estratégia de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) fortalece o compromisso da CGE em compartilhar conhecimentos, experiências e materiais técnicos, auxiliando outros órgãos e entidades no desempenho de suas atribuições.

Paralelamente, ao participar das redes, a CGE traz conhecimento e experiências a seus agentes públicos, viabilizando a economicidade, a utilização racional de recursos e o incremento das possibilidades de capacitação.

Salienta-se que em 2024 a CGE coordenou a Secretaria Executiva das Redes de Controle (SECEX) e a Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção de Minas Gerais (ARCCO), reforçando o seu compromisso com a atuação articulada na prevenção e combate à corrupção.

5. DEMONSTRAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS DA CGE

Demonstração da composição dos recursos do órgão, tendo como fonte os recursos ordinários, os vinculados e os diretamente arrecadados, evidenciando-os, por procedência, bem como os grupos de despesas em que foram aplicados.

5.1. Recursos ordinários

| Fonte de Recursos | Grupo de Despesas | Procedência | Crédito Inicial | Crédito Autorizado |
|-------------------|-------------------|-------------|-----------------|--------------------|
| 10 | 1 | 1 | 55.480.361,00 | 65.727.938,00 |
| | 3 | | 2.738.578,00 | 3.249.246,00 |
| | | 7 | 3.706.285,00 | 4.300.396,00 |
| | 4 | 1 | 603.200,00 | 149.532,00 |
| Total Geral | | | 62.528.424,00 | 73.427.112,00 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAFI.

5.2. Recursos vinculados

| Fonte de Recursos | Grupo de Despesas | Procedência | Crédito Inicial | Crédito Autorizado |
|-------------------|-------------------|-------------|-----------------|--------------------|
| 9 | 3 | 1 | - | 306.706,90 |
| | 4 | | - | 17.035,80 |
| 95 | 3 | | 41.105,00 | 41.105,00 |
| | 4 | | 1.112.605,00 | 1.112.605,00 |
| Total Geral | | | 1.153.710 | 1.477.453 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) / Armazém de Informações SIAFI.

5.3. Recursos diretamente arrecadados

A Controladoria-Geral do Estado – CGE não possui recursos diretamente arrecadados.

6. DEMONSTRAÇÃO DO COMPROMETIMENTO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COM A DESPESA TOTAL DE PESSOAL

Conforme disposto no art. 5º, I, da Decisão Normativa nº 01/2025, que Dispõe sobre a forma, o conteúdo e o prazo de envio da Prestação de Contas Anual de 2024, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado, e define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão os respectivos processos de contas anuais constituídos, para fins de julgamento pelo Tribunal, esta informação deve compor as contas anuais dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, não se aplicando, portanto, ao Relatório de Gestão da Controladoria-Geral do Estado – CGE.

7.RELAÇÃO DOS DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

| Data | Nº Siafi | Decreto | Valor Suplementação | Valor Anulação |
|------------|----------|----------|---------------------|----------------|
| 29/02/2024 | 12 | 177/2024 | - | 3.000,00 |
| 01/03/2024 | 14 | 180/2024 | 323.742,70 | - |
| 14/03/2024 | 21 | 223/2024 | 5.085,00 | 5.085,00 |

| Data | Nº Siafi | Decreto | Valor Suplementação | Valor Anulação |
|-------------|----------|----------|---------------------|----------------|
| 19/03/2024 | 22 | 234/2024 | 14.824,00 | 14.824,00 |
| 05/06/2024 | 57 | 381/2024 | 60.000,00 | - |
| 07/06/2024 | 60 | 394/2024 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 02/07/2024 | 83 | 465/2024 | 603.873,36 | 603.873,36 |
| 23/07/2024 | 99 | 519/2024 | 10.841.688,00 | - |
| 10/09/2024 | 123 | 645/2024 | 778.735,00 | 778.735,00 |
| 29/10/2024 | 153 | 742/2024 | 9.776,00 | 9.776,00 |
| 12/11/2024 | 163 | 785/2024 | 4.294,00 | 4.294,00 |
| 28/11/2024 | 179 | 839/2024 | 860.000,00 | 860.000,00 |
| 23/11/2024 | 197 | 902/2024 | 87.984,00 | 87.984,00 |
| Total Geral | | | 13.610.002 | 2.387.571 |

Relação dos decretos de abertura de créditos adicionais, contendo número do decreto e de seu registro no Siafi, data e valor.

8. INFORMAÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO DE DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Informações relativas à execução de Despesa de Exercícios Anteriores, sua composição e evolução nos últimos dois anos.

Quadro – Execução de Despesas de Exercícios Anteriores – Exercício 2024

| RAZÃO SOCIAL | NATUREZA DA DESPESA | VALOR ORÇADO | VALOR EXECUTADO | VALOR PAGO ORÇAMENTÁRIO |
|--------------------------------------|---------------------|--------------|-----------------|-------------------------|
| Folha de Pagamento de Pessoal | 319092 | 3.701,34 | 3.701,34 | 3.701,34 |
| Voetur Turismo e Representações LTDA | 339092 | 1.540,50 | 1.540,50 | 1.504,12 |
| Total | | 5.241,84 | 5.241,84 | 5.205,46 |

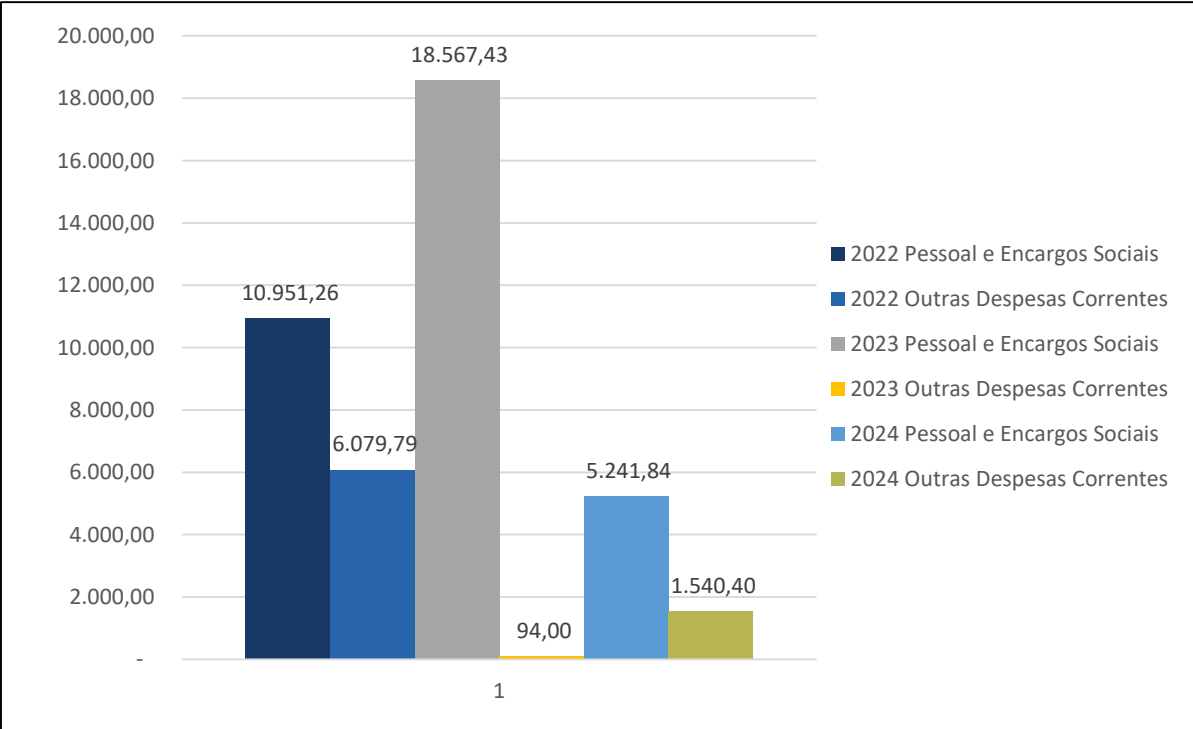
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN

**Quadro – Execução de Despesas de Exercícios Anteriores –
Exercício 2024 e 2023**

| RAZÃO SOCIAL | NATUREZA DA DESPESA | VALOR EXECUTADO 2024 | VALOR EXECUTADO 2023 | VARIÇÃO % (A/B) |
|--------------------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|-----------------|
| Folha de Pagamento de Pessoal | 319092 | 5.241,84 | 18.567,43 | -254,22 |
| Voetur Turismo e Representações LTDA | 339092 | 1.540,50 | 0,00 | 100,00 |
| Certisign Certificadora Digital S.A. | 339092 | 0,00 | 94,00 | 0,00 |
| Total | | 6.782,34 | 18.661,43 | -175,15 |

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN

**Gráfico – Evolução das Despesas de Exercícios Anteriores – DEA –
Exercício 2022 a 2024**



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN

9. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Esclarecimentos descritivos acerca da movimentação e da composição dos elementos contidos nos demonstrativos previstos nos itens 4 a 17, a seguir, com informações análogas àquelas exigidas para a elaboração de Notas Explicativas às DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, notadamente quanto a exposição de motivo a respeito de variações significativas de contas/saldos de um exercício para o outro, do detalhamento da composição das contas mais relevantes (como créditos por danos ao patrimônio), dos critérios utilizados para o cálculo e registro das depreciações e amortizações, da metodologia utilizada para mensurar as provisões, ativos e passivos contingentes, dentre outras julgadas relevantes, esclarecimentos descritivos acerca da movimentação e da composição dos elementos contidos nos demonstrativos previstos nos itens 4 a 17, a seguir, com informações análogas àquelas exigidas para a elaboração de Notas Explicativas às DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, notadamente quanto a exposição de motivo a respeito de variações significativas de contas/saldos de um exercício para o outro, do detalhamento da composição das contas mais relevantes (como créditos por danos ao patrimônio), dos critérios utilizados para o cálculo e registro das depreciações e amortizações, da metodologia utilizada para mensurar as provisões, ativos e passivos contingentes, dentre outras julgadas relevantes.

9.1. Mensuração do nível de realização das previsões de receita

Por determinação do artigo 11 da Lei nº 4.320/1964, a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receita Corrente e Receita de Capital. Evidenciam-se na tabela a seguir, as previsões inicial e atualizada, bem como a receita realizada no exercício de 2023.

Tabela – Receita Prevista e Realizada do exercício 2024 por Categoria Econômica

Valores em R\$

| TIPO DE RECEITA | PREVISÃO INICIAL (A) | PREVISÃO ATUALIZADA (B) | RECEITA REALIZADA (C) | A.H % (C/B) | A.H % (C/A) |
|----------------------------|----------------------|-------------------------|-----------------------|--------------|---------------|
| Receitas Correntes | 46.393.307,00 | 55.532.466,90 | 49.817.047,05 | 90,00 | 107,38 |
| Receitas de Capital | 1.715.805,00 | 1.279.172,80 | 531.385,00 | 41,54 | 30,97 |
| Receita Intra-Orçamentária | 15.573.022,00 | 18.272.925,00 | 17.176.925,65 | 94,00 | 110,30 |
| Receita Total | 63.682.134,00 | 74.904.564,70 | 67.525.357,70 | 90,15 | 106,04 |

Fonte: Armazém – SIAFI-MG

Conforme tabela, o total da receita corrente atingiu 107,38% do previsto inicialmente e 90,00% da previsão atualizada. As receitas de capital corresponderam a 30,97% da previsão inicial e 41,54% da previsão atualizada. Por outro lado, a receita intra-orçamentária correspondeu a 90,15% da previsão atualizada e 106,04 da previsão inicial. Demonstra-se, na tabela a seguir, a variação da arrecadação da receita por categoria econômica, nos dois últimos exercícios.

Tabela - Variação da receita arrecadada por categoria econômica - 2023 e 2024

Valores em R\$

| CATEGORIA ECONÔMICA | 2024 (A) | 2023 (B) | VARIAÇÃO (A-B) | A.B % A/B |
|------------------------------|---------------|---------------|----------------|-----------|
| Receitas Correntes | 49.817.047,05 | 44.152.031,96 | 5.665.015,09 | 12,83 |
| Receitas de Capital | 531.385,00 | 586.832,40 | 55.447,40 | -9,45 |
| Receitas Intra-orçamentárias | 17.176.925,65 | 15.364.099,18 | 1.812.826,47 | 11,80 |

| CATEGORIA ECONÔMICA | 2024 (A) | 2023 (B) | VARIAÇÃO (A-B) | A.B % A/B |
|---------------------|---------------|---------------|----------------|-----------|
| Total | 67.525.357,70 | 60.102.863,54 | 7.442.394,16 | 12,35 |

Fonte: Armazém – SIAFI-MG

No comparativo entre os exercícios de 2024 e 2023, houve uma variação positiva de 12,35% no total das receitas, significando um acréscimo próximo de R\$ 7,442 milhões, quando confrontado com o exercício anterior.

9.2. Arrecadação da receita no aspecto patrimonial

As receitas correntes, refletem diretamente na variação patrimonial aumentativa do estado, provocando aumento do patrimônio líquido, por meio de ingresso financeiro sem uma correspondente diminuição de bens e direitos, ou um aumento de dívidas. Conforme demonstrado a seguir, as receitas arrecadadas patrimoniais configuram como as mais representativas.

Valores em R\$

| CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA | CATEGORIA ECONÔMICA DA RECEITA | ORIGEM DA RECEITA | VALOR PREVISTO INICIAL | VALOR PREVISTO ATUALIZADO | VALOR ARRECADADO 2024 | VALOR ARRECADADO 2023 |
|--------------------------|--------------------------------|---------------------------|------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------|
| 1300.00.0.0.00.000 | Receitas Correntes | Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 102.597,27 | 0,00 |
| 1900.00.0.0.00.000 | Receitas Correntes | Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 140,0 | 0,00 |
| 1700.00.0.0.00.000 | Receitas Correntes | Transferências Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000.000,00 |
| Total | | | 0,00 | 0,00 | 102.737,27 | 1.000.000,00 |

Fonte: Portal da Transparência de Minas Gerais – Consulta realizada em 18/03/2025

9.3. Exame da relação entre as despesas fixadas e incorridas no período

A despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. A classificação da despesa pública fornece dados para diversas análises e é utilizada para facilitar e padronizar as informações que se deseja obter. Pela classificação é possível visualizar a execução orçamentária por poder, por função de governo, por subfunção, por programa, por categoria econômica, por grupo, por elemento de despesa, por fonte de recurso, entre outras:

Tabela - Despesa fixada, autorizada e realizada – Exercício 2024

Valores em R\$

| INSTITUIÇÃO | DESPESA FIXADA(A) | DESPESA AUTORIZADA(B) | DESPESA REALIZADA (C) | % (C/A) |
|----------------------------------|----------------------|--------------------------|--------------------------|------------|
| Controladoria Geral do Estado | 74.904.564,70 | 74.904.564,70 | 67.525.357,70 | 90,15 |

Fonte: Armazém – SIAFI-MG

Demonstra-se os montantes das despesas relativos à execução orçamentária pelo órgão, em que houve execução do total da despesa realizada em relação a despesa autorizada em 90,15%. Dos R\$ 74 milhões em despesas autorizadas, o Controladoria realizou R\$ 67 milhões, ou seja, R\$ 13 milhões a menos, uma vez que as receitas realizadas no período foram de R\$ 67 milhões.

Tabela - Comparativo da despesa realizada – Exercícios 2024 e 2023

Valores em R\$

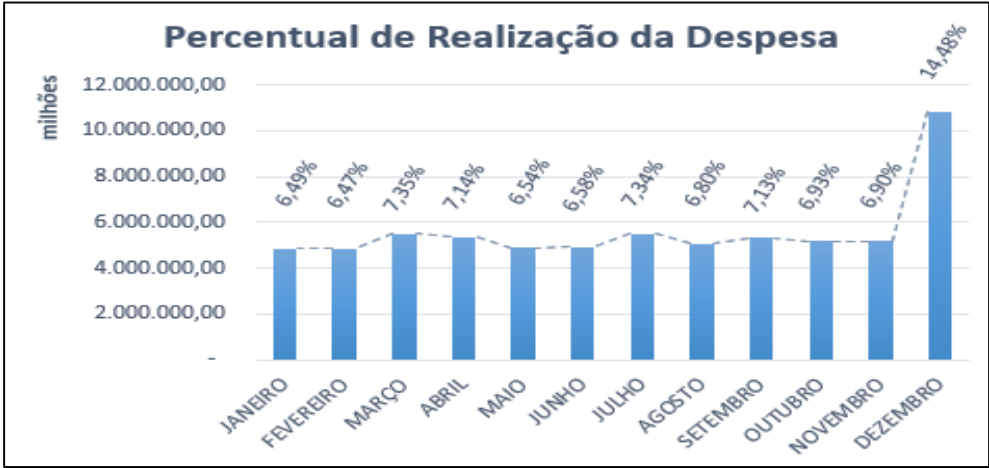
| INSTITUIÇÃO | 2024 (A) | 2023 (B) | % (A/B) |
|----------------------------------|---------------|---------------|------------|
| Controladoria-geral do Estado | 67.525.357,70 | 60.102.963,54 | 10,99% |

Fonte: Armazém – SIAFI-MG

No comparativo da despesa realizada, entre os exercícios de 2024 e 2023, por meio da análise horizontal, observa-se que a CGE realizou 10,99%, a menos de despesas em 2023 em relação a 2024.

9.4. Despesa realizada por mês

O gráfico a seguir demonstra o percentual da realização da despesa, por mês, durante o exercício de 2024. Em termos de valores absolutos, o montante mais significativo correspondeu ao mês de dezembro, com aproximadamente R\$ 10,844 milhões, cerca de 14,48% do total realizado no exercício.



Fonte: Armazém SIAFI-MG

9.5.Despesa realizada por grupo de despesa

A tabela a seguir demonstra a comparação das despesas realizadas, por grupo da despesa e categoria econômica, nos exercícios de 2024 e 2023.

Tabela - Despesa realizada por grupo e categoria – Exercícios 2024 e 2023

| CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA | GRUPO DA DESPESA | 2024 (A) | 2023 (B) | A.H % (A/B) | (A – B) |
|--------------------------------|----------------------------|---------------|---------------|-------------|--------------|
| Despesas Correntes | Pessoal e Encargos Sociais | 65.727.938,00 | 56.957.553,00 | 15,40% | 8.770.385,00 |

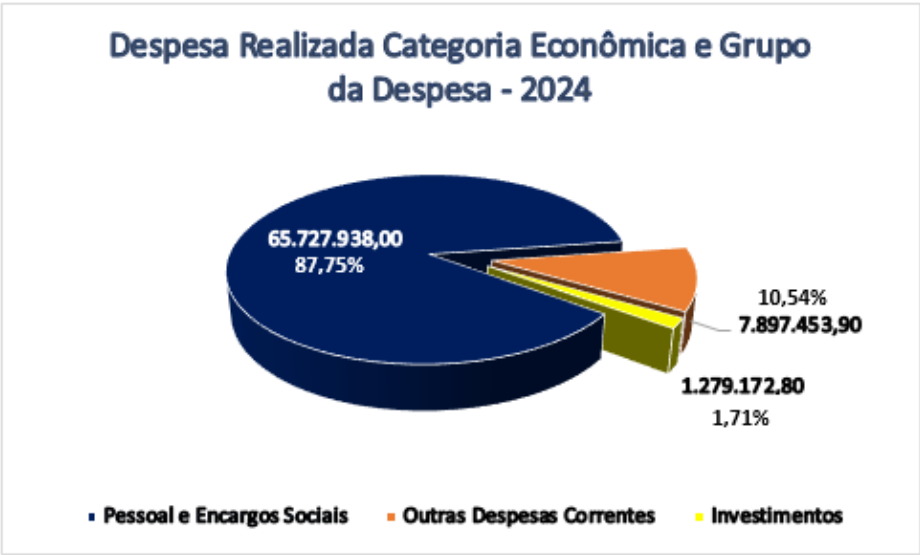
| | | | | | |
|---------------------|---------------------------|---------------|---------------|--------|---------------|
| | Outras Despesas Correntes | 7.897.453,90 | 5.715.424,48 | 38,18% | 2.182.029,42 |
| Despesas de Capital | Investimentos | 1.279.172,80 | 1.681.114,12 | 31,42% | -401.941,32 |
| Total | | 74.904.564,70 | 64.354.091,60 | 16,39% | 10.550.473,10 |

Fonte: Valores em R\$

Fonte: Armazém SIAFI-MG

Verifica-se, em 2024, o acréscimo nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais, em aproximadamente R\$ 8,770 milhões, ou seja, um aumento aproximado de 15,40%, seguido por Outras Despesas Correntes próximo de 2,182 milhões, ou seja, aproximadamente 38,18% maior no comparativo entre os dois exercícios. Verifica-se, ainda, que houve redução nas despesas com Investimentos, cerca de R\$ 401 mil (-31,42%), em relação ao exercício de 2023.

Gráfico – Crédito Autorizado e Percentuais de participação na realização da despesa 2024



Fonte: Armazém SIAFI-MG

9.6. Despesa Realizada por Elemento item da Despesa

No comparativo da despesa realizada entre os exercícios de 2024 e 2023, dos 19 elementos das despesas, demonstram-se, na tabela a seguir, que juntos totalizaram aproximadamente R\$ 67,525 e 60,102 milhões, respectivamente, ou seja, 90,15% e 93,39 dos créditos aprovados no orçamento.

No comparativo entre os exercícios constata-se maior acréscimo, próximo de 95,02%, no elemento 14 – Diárias Civil, seguido pelo elemento 40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica, com 42,84%.

Tabela – Despesa Realizada Considerando Elementos da Despesa – Exercício 2024 e 2023

Valores em R\$

| CÓDIGO DO ELEMENTO DA DESPESA | DESCRIÇÃO DO ELEMENTO DA DESPESA | 2024 (A) | 2023 (B) | A/B |
|-------------------------------|--|---------------|---------------|---------|
| 07 | Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência | 76.972,02 | 71.510,10 | 7,10% |
| 11 | Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil | 42.119.289,94 | 37.768.274,17 | 10,33% |
| 13 | Obrigações Patronais | 17.464.736,05 | 15.664.158,96 | 10,31% |
| 14 | Diárias Civil | 101.280,97 | 50.041,80 | 95,02% |
| 15 | Diárias Militar | 2.048,54 | 3.117,27 | -52,17% |
| 16 | Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil | 273.821,06 | 114.462,95 | 58,20% |
| 19 | Auxílio-Fardamento | 10.759,47 | 2.038,86 | 81,05% |

| CÓDIGO DO ELEMENTO DA DESPESA | DESCRIÇÃO DO ELEMENTO DA DESPESA | 2024 (A) | 2023 (B) | A/B |
|-------------------------------|--|---------------|---------------|----------|
| 30 | Material de Consumo | | 19.794,29 | |
| 31 | Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras | 2.058,00 | 4.582,30 | -122,66% |
| 33 | Passagens e Despesas com Locomoção | 88.759,82 | 99.159,56 | -11,72% |
| 36 | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física | 111.224,85 | 130.563,40 | -17,39 |
| 37 | Locação de Mão-de-Obra | 859.581,05 | 822.985,60 | 4,26% |
| 39 | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | 262.443,74 | 138.273,92 | 47,31% |
| 40 | Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica | 2.009.623,82 | 1.148.753,49 | 42,84% |
| 46 | Auxílio-Alimentação | 3.310.146,50 | 3.008.156,16 | 9,12% |
| 49 | Auxílio-Transporte | 45.411,50 | 36.027,00 | 20,67% |
| 52 | Equipamentos e Material Permanente | 83.658,00 | 318.706,00 | -280,96% |
| 92 | Despesas de Exercícios Anteriores | 5.241,84 | 18.661,43 | -256,01 |
| 96 | Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado | 698.400,53 | 676.802,28 | 3,09% |
| Total | | 67.525.357,70 | 60.102.963,54 | 10,99% |

Fonte: Armazém SIAFI-MG

Nos itens conexos à pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, em relação ao ano anterior, destaca-se os elementos: 11 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal civil com um decréscimo de 10,33% e 40 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – Pessoa jurídica, como aumento de 42,84%. Observando o resultado geral e o comparando com 2023, houve um acréscimo de aproximadamente R\$ 5,211 milhões nas realizações das despesas relativas aos itens citados.

9.7. Gestão Financeira

A gestão financeira consiste na avaliação e mensuração dos resultados provenientes das operações das operações de entrada e saídas de recursos financeiros decorrentes da execução direta do orçamento, pelas unidades gestoras responsáveis pela realização de gastos governamentais, que se dá por meio das licitações, do processo da despesa (empenho, liquidação e pagamento), das despesas com pessoal, das obras e do fornecimento de bens e serviços: ocorrendo a contabilização automática de todos esses processos, atos e fatos da gestão.

A execução do orçamento requer providências preliminares, de natureza tanto orçamentária quanto financeira, com atenção à realização das receitas e a respectiva execução das despesas. Dentre as ações prévias, cita-se o Decreto Estadual nº 48.777, de 09 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2024 e dá outras providências.

9.8. Avaliação do Pagamento

9.8.1.Despesas realizadas por categoria econômica

Encontra-se demonstrada a seguir comparativo entre a despesa realizada e valor orçamentário pago, por grupo e categoria, do exercício de 2024.

Tabela – Despesa realizada/valor pago orçamentário por grupo e categoria – Exercício 2024

Valores em R\$

| CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA | GRUPO DA DESPESA | DESPESA REALIZADA (A) | VALOR PAGO ORÇAMENTÁRIO (B) | B-A | A.H B/A |
|--------------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------------|--------------|---------|
| Despesas Correntes | Outras Despesas Correntes | 5.194.742,53 | 4.383.196,16 | -811.546,37 | -15,62% |
| | Pessoal e Encargos Sociais | 53.496.754,96 | 53.465.013,10 | -31.741,86 | -0,06% |
| Despesas de Capital | Investimentos | 531.385,00 | 113.727,00 | -417.658,00 | -78,60% |
| Total | | 59.222.882,49 | 57.961.936,26 | 1.260.946,23 | 2,13% |

Fonte: Armazém SIAFI-MG

No total, observa-se a diferença aproximada de R\$1,260 milhões, entre despesa realizada e valor pago orçamentário. Destacam-se a diferença, em torno de R\$ 811 mil, no grupo de outras despesas correntes e próximo de R\$ 417 mil no grupo de investimentos.

9.8.2.Execução dos Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a execução da despesa possui três estágios: empenho, que consiste no ato emanado por autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não e implemento de condição; a liquidação que é a verificação do direito adquirido pelo credor, a partir de títulos e documentos comprobatórios do crédito; e o pagamento que se concretiza com a entrega de numerário ao credor por meio de ordens de pagamento ou crédito em conta. E, conforme o art.36 da Lei nº 4.320, de 1964, os restos a pagar são resíduos passivos, por serem despesas empenhadas que não puderam ser pagas dentro do próprio exercício financeiro.

9.8.3.Inscrição de Restos a Pagar

Dos restos a pagar no término de 2024, aproximadamente R\$ 55 mil reais estavam liquidados (4,15%) do exercício financeiro de 2024.

Tabela – Restos a pagar – Exercícios 2024 e 2023

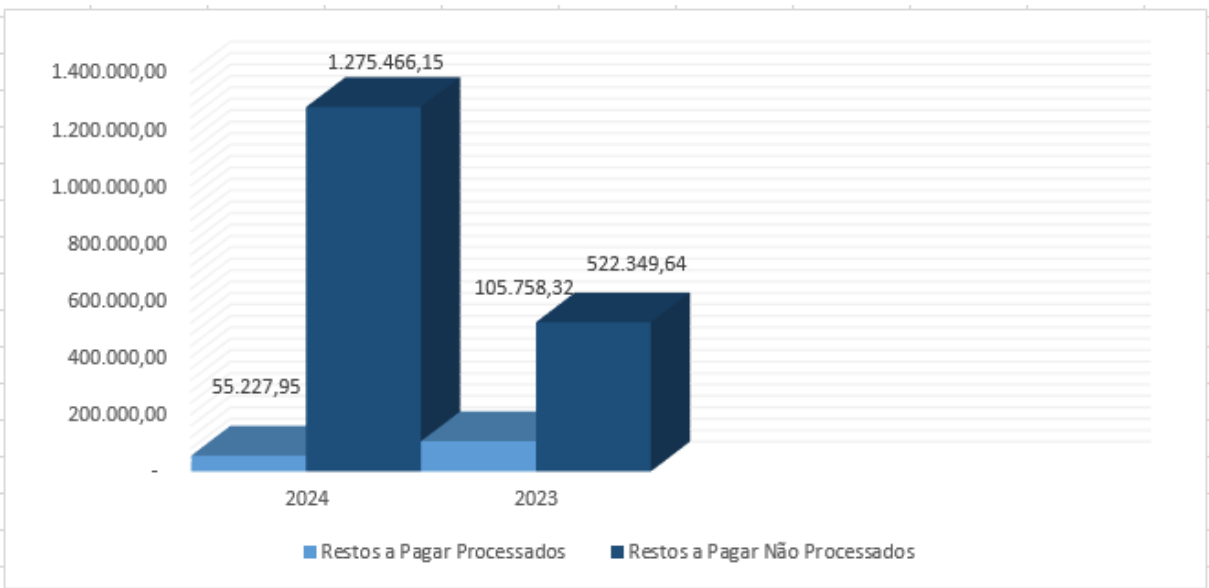
Valores em R\$

| Restos a Pagar | 2024 (A) | 2023 (B) | %A.H (A/B) | %A.V A/total |
|--------------------------------|--------------|-------------|---------------|-----------------|
| Restos a Pagar Processados | 55.227,95 | 105.758,32 | -91,49% | 4,15% |
| Restos a Pagar Não Processados | 1.275.466,15 | 522.349,64 | 59,05% | 95,85% |
| Total | 1.330.694,10 | 628.107,96 | 52,80% | 100,00 |

Fonte: Demonstrativo de Restos a Pagarpor Unidade Orçamentária

Observa-se que o total de restos a pagar aumentou cerca de R\$ 702 mil reais (52,80%) comparando os exercícios financeiros de 2024 e 2023.

Gráfico - Restos a Pagar – Exercício 2024 e 2023



Fonte: Armazém SIAFI-MG

9.9. Gestão Contábil

A fiscalização contábil se concretiza por intermédio da escrituração, dos balanços e da análise dos resultados econômicos e financeiros; e se interliga com as outras modalidades de fiscalização (financeira, orçamentária, operacional e patrimonial), pois os fatos que compõem qualquer dessas atividades são igualmente controlados pela Contabilidade.

Uma das possíveis contribuições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) é a de resgatar o objeto da Contabilidade como ciência, que é o patrimônio. Tendo em vista que a análise abarca o exercício de 2024, foram observadas as explicações do MCASP 10ª edição com validade a partir do exercício de 2024.

9.9.1. Análise das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASPs)

As demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas, em consonância com os padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, pela Portaria STN nº 438/2012.

A Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 11, de 18 de outubro de 2018, afirma que as Demonstrações Contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial e do desempenho da entidade, e que a finalidade delas é proporcionar informação sobre a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade que seja útil a grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões sobre a alocação de recursos.

Conforme a norma supramencionada, as demonstrações contábeis podem ter a função preditiva ou prospectiva, proporcionando informações úteis para prever o nível de recursos necessários pelas operações continuadas, os recursos que podem ser gerados pela continuidade das operações e os riscos e as incertezas a elas associadas.

Com o objetivo de padronizar a estrutura e definições dos elementos que compõem as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, foi editado o Manual de

Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). Tais padronizações devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Segue análise das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público do Estado de Minas Gerais referente ao exercício de 2024, de acordo com a Portaria STN nº 438/2012.

9.9.2. Análise Comparativa dos Balanços Orçamentários - Exercícios de 2023 e 2024

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Desta forma, foram efetuadas análises comparativas entre os Balanços Orçamentários consolidados dos exercícios de 2023 e 2024, conforme demonstrado a seguir:

Tabela - Comparativo dos Balanços Orçamentários Consolidados / Receita – Exercícios 2023 e 2024

| Valores em R\$ | | | | | | |
|---|----------|------------|------------|----------|------------|--------------|
| RECEITAS | 2024 | | | 2023 | | |
| | PREVISÃO | PREVISÃO | RECEITA | PREVISÃO | PREVISÃO | RECEITA |
| | INICIAL | ATUALIZADA | REALIZADA | INICIAL | ATUALIZADA | REALIZADA |
| Receitas (Exceto Intra-Orçamentárias) (I) | 0,00 | 0,00 | 102.737,27 | 0,00 | 0,000 | 1.000.000,00 |
| Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 102.737,27 | 0,00 | 0,00 | 1.000.000,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 102.597,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| RECEITAS | 2024 | | | 2023 | | |
|--|---------------|------------|---------------|---------------|------------|--------------|
| | PREVISÃO | PREVISÃO | RECEITA | PREVISÃO | PREVISÃO | RECEITA |
| | INICIAL | ATUALIZADA | REALIZADA | INICIAL | ATUALIZADA | REALIZADA |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 140,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Subtotal das Receitas (II) = I | 0,00 | 0,00 | 102.737,27 | 0,00 | 0,00 | 1.000.000,00 |
| Cota Financeira Recebida – Unidade Financeira Central (III) | 0,00 | 0,00 | 2.727.966,21 | 0,00 | 0,00 | 2.784.291,62 |
| Execução Despesa de Pessoal Centralizada – Administração Direta (IV) | 0,00 | 0,00 | 63.293.839,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cota Financeira a Receber – RP – Unidade Financeira Central (V) | 0,00 | 0,00 | 1.324.993,70 | 0,00 | 0,00 | 635.476,29 |
| Movimentação Orçamentária Entre Unidades (VI) | 63.682.134,00 | 0,00 | 0,00 | 57.796.876,00 | 0,00 | 0,00 |
| Subtotal das Cotas Financeiras Recebidas (VII) = (I + II + III + IV + V) | 63.682,134,00 | 0,00 | 67.346.799,79 | 57.796.876,00 | 0,00 | 3.419.767,91 |

| RECEITAS | 2024 | | | 2023 | | |
|----------------------------|---------------|------------|---------------|---------------|------------|---------------|
| | PREVISÃO | PREVISÃO | RECEITA | PREVISÃO | PREVISÃO | RECEITA |
| | INICIAL | ATUALIZADA | REALIZADA | INICIAL | ATUALIZADA | REALIZADA |
| Déficit (VIII) | 0,00 | 0,00 | 75.820,64 | 0,00 | 0,00 | 55.683.195,63 |
| Total (IX) = VII + VIII | 63.682,134,00 | 0,00 | 67.525.357,70 | 57.796.876,00 | 0,00 | 60.102.963,54 |

Fonte: Balanço Orçamentário 2024 e 2023

Na comparação do exercício 2023 com o de 2024, as Receitas Realizadas (exceto intra-orçamentárias) tiveram um acréscimo de R\$ 102.737, fato justificado pela arrecadação de receita proveniente de rendimentos de aplicações financeiras de recursos aplicados em conta corrente.

Com base nas informações fornecidas no Balanço Orçamentário, observa-se que há uma linha para *déficit* com um valor de R\$ 55,683 milhões em 2023 e R\$ 75,820 mil em 2024, a inclusão da linha de *déficit* na seção de receitas sugere que ele representa uma insuficiência de recursos inicialmente previstos para cobrir as despesas planejadas. Ao somar o valor do déficit à previsão inicial total de receitas, chegamos ao valor da previsão atualizada total.

Uma possível interpretação é que o *déficit* de 55.683.195,63 representa a diferença entre uma projeção inicial de despesas mais abrangente e uma projeção inicial de receitas mais restrita (possivelmente antes de considerar transferências intra-orçamentárias ou outras fontes). A movimentação orçamentária entre unidades de 57.796.876,006 na receita pode indicar uma tentativa de cobrir essa diferença. Em termos gerais, um déficit orçamentário ocorre quando as despesas planejadas ou realizadas são maiores do que as receitas planejadas ou realizadas. No entanto, a forma como o *déficit* é apresentado especificamente neste balanço sugere que ele é um componente identificado na fase de previsão e que é incorporado ao planejamento financeiro.

**Tabela – Comparativo dos Balanços Orçamentários Consolidados /
Despesa – Exercícios 2023 e 2024**

Valores em R\$

| DESPESAS | 2024 | | | 2023 | | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | DOTAÇÃO | | DESPESAS | DOTAÇÃO | | DESPESAS |
| | INICIAL | ATUALIZADA | EMPENHADA | INICIAL | ATUALIZADA | EMPENHADA |
| Despesas (Exceto Intra-Orçamentárias) (I) | 48.109.112,00 | 56.631.693,70 | 50.348.432,05 | 43.628.769,00 | 47.613.948,60 | 44.738.864,36 |
| Despesas Correntes | 46.393.307,00 | 55.352.466,90 | 49.817.047,05 | 42.785.517,00 | 45.932.834,48 | 44.152.031,96 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 39.907.339,00 | 47.455.013,00 | 43.459.895,29 | 36.688.670,00 | 40.217.410,00 | 38.949.676,71 |
| Outras Despesas Correntes | 6.485.968,00 | 7.897.453,90 | 6.357.151,76 | 6.096.847,00 | 5.715.424,48 | 5.202.355,25 |
| Despesas de Capital | 1.715.805,00 | 1.279.172,80 | 531.385,00 | 843.252,00 | 1.681.114,12 | 586.832,40 |
| Investimentos | 1.715.805,00 | 1.279.172,80 | 531.385,00 | 843.252,00 | 1.681.114,12 | 586.832,40 |
| Despesas (Intra-Orçamentárias) (II) | 15.373.022,00 | 18.272.925,00 | 17.176.925,65 | 14.168.107,00 | 16.740.143,00 | 15.364.099,18 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 15.373.022,00 | 18.272.925,00 | 17.176.925,65 | 14.168.107,00 | 16.740.143,00 | 15.364.099,18 |
| Subtotal das Despesas (III) = I + II | 63.282.134,00 | 74.904.564,70 | 67.525.357,70 | 57.796.876,00 | 64.354.91,60 | 60.102.963,54 |
| Subtotal com Financiamento (IV) = III | 63.282.134,00 | 74.904.564,70 | 67.525.357,70 | 57.796.876,00 | 64.354.91,60 | 60.102.963,54 |
| Total (V) = IV | 63.282.134,00 | 74.904.564,70 | 67.525.357,70 | 57.796.876,00 | 64.354.91,60 | 60.102.963,54 |

Fonte: Balanço Orçamentário 2024 e 2023

Ainda em 2024, as despesas empenhadas, exceto intra-orçamentárias (I), representaram 74,56% do total. As despesas correntes atingiram 73,78% do grupo em análise, sendo o dispêndio mais significativo o de 'Pessoal e Encargos Sociais', correspondente a R\$ 43.459.895,29 (64,36%) em relação ao total das Despesas Empenhadas.

9.9.3. Análise comparativa dos Balanços Patrimoniais – Exercícios de 2024 e 2023

O Balanço Patrimonial demonstra qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública através das contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais que são registrados em contas de compensação – natureza de informação de controle. O Balanço Patrimonial permite análises diversas acerca da situação patrimonial da entidade, como sua liquidez e seu endividamento. Desta forma, apresenta-se comparação dos Balanços Patrimoniais, sintéticos, dos anos de 2023 e 2024.

Tabela – Comparativo consolidado dos Balanços Patrimoniais – Ativo – Exercícios 2023 e 2024

Valores em R\$

| TÍTULO | 2024 | 2023 | AH % |
|---|--------------|--------------|--------|
| Ativo | 5.429.532,58 | 4.887.720,70 | 9,98 |
| Ativo Circulante | 2.313.486,51 | 1.672.090,05 | 27,72 |
| Caixa E Equivalentes De Caixa | 965.715,93 | 1.000.000,00 | -3,55 |
| Demais Créditos E Valores A Curto Prazo | 1.331.088,19 | 639.552,15 | 51,95 |
| Aplicações Financeiras | 102.737,27 | 0,00 | 100,00 |

| TÍTULO | 2024 | 2023 | AH % |
|----------------------|--------------|--------------|--------|
| Estoques | 16.685,39 | 32.567,90 | -95,19 |
| Ativo Não Circulante | 3.116.046,07 | 3.215.630,65 | -3,20 |
| Imobilizado | 4.274.570,27 | 3.955.864,27 | 7,46 |
| Intangível | 631.190,00 | 358.812,40 | 43,15 |

Fonte: Balanço Patrimonial 2024 e Balanço Patrimonial 2023

O Ativo Circulante apresentou crescimento de R\$ 641.396,46, destacando-se as reduções de R\$ 34.287,07 e R\$ 15.882,51 de Caixa e Equivalentes de Caixa e Estoques, respectivamente, e o acréscimo de R\$ 691.566,04 de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo. O detalhe no grupo Circulante, em relação as contas analisadas, as mesmas apresentaram um aumento de R\$ 2.402.128,70, o que corresponde a aproximadamente 13,22% do total avaliado.

Em relação ao Ativo não Circulante identificou-se, por meio do Balanço Patrimonial, a redução de R\$ 99.584,58 em 2024, comparando-se a 2023, destacando-se as principais contas: Imobilizado e Intangível.

Tabela – Comparativo Consolidado do Balanços Patrimoniais – Passivo – Exercício 2023 e 2024

Valores em R\$

| TÍTULO | 2024 | 2023 | AH % |
|------------------------------|--------------|--------------|--------|
| Passivo E Patrimônio Líquido | 5.429.532,58 | 4.887.720,70 | 9,98 |
| Passivo Circulante | 91.097,86 | 117.172,51 | -28,62 |

| TÍTULO | 2024 | 2023 | AH % |
|--|--------------|--------------|---------|
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias E Assistenciais A Pagar A Curto Prazo | 15.449,42 | 74.113,37 | -379,72 |
| Fornecedores E Contas A Pagar A Curto Prazo | 39.728,53 | 31.644,95 | 20,35 |
| Demais Obrigações A Curto Prazo | 35.869,91 | 11.414,19 | 68,18 |
| Patrimônio Líquido | 5.338.434,72 | 4.770.548,19 | 10,64 |
| Resultados Acumulados | 5.338.434,72 | 4.770.548,19 | 10,64 |

Fonte: Balanço Patrimonial 2024 e Balanço Patrimonial 2023

A queda do Passivo Circulante em 2024 tem relação com a diminuição em 58.613,95 que corresponde a Pessoal a Pagar, e um pequeno aumento nos valores de R\$ R\$8.083,58 em Demais Obrigações a Curto e R\$ 24.455,72 na conta Outros Valores Restituíveis.

9.9.4. Análise Comparativa dos Balanços Financeiros – Exercícios de 2023 e 2024

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro permite análise sobre de que maneira a administração influenciou na liquidez da entidade, de forma a prevenir insuficiências de caixa no futuro.

**Tabela – Comparativo dos Balanços Financeiros Consolidados /
Receitas – Exercícios 2023 e 2024**

Valores em R\$

| TÍTULO | 2024 | 2023 | A.H % |
|---|---------------|---------------|---------|
| Receita Orçamentária | 102.737,27 | 1.000.000,00 | -873,36 |
| Recebimentos Extraorçamentários | 2.438.832,50 | 11.708.503,33 | -380,09 |
| Transferências Financeiras Recebidas | 71.083.833,19 | 72.104.172,85 | -1,44 |
| Saldo Em Espécie Do Exercício Anterior | 1.000.000,00 | 37.028,18 | 96,30 |
| Total | 74.625.402,96 | 84.849.704,36 | -13,70 |

Fonte: Balanço Financeiro 2023 e Balanço Financeiro 2024

Extrai-se do Balanço Financeiro que, em relação a parte orçamentária, as receitas são suficientes para cobrir despesas em 2023 e 2024. Em se tratando da esfera extraorçamentária, os recebimentos superam os pagamentos nos períodos versados. O saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie para o exercício seguinte forma positivos.

Em 2024, a Receita Orçamentária diminui em 897 mil (-873,36%), esse efeito redutor, deve-se ao recebimento de recursos financeiros advindos de Termo de Ajustamento de Conduta efetivado em 2023, período de entrada nos cofres públicos do montante informado. Em 2024 a receita de entrada deve-se a arrecadação de receita orçamentária originária de rendimento de aplicação financeira do recurso recebido em 2023.

a) Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros

| COMPARATIVO | 2024 (R\$) | A/B | 2023 (R\$) | A/B |
|---|--------------|--------|--------------|-----------|
| (A) Saldo que passa para o exercício seguinte | 965.712,93 | 96,57% | 1.000.000,00 | 2.700,65% |
| (B) Saldo do exercício anterior | 1.000.000,00 | | 37.028,18 | |

Verifica-se que a variação entre os índices do resultado financeiro no exercício de 2024 foi 2.696,57% menor que no ano anterior.

9.9.5. Análise comparativa dos Fluxos de Caixa - Exercícios de 2023 e 2024

Valores em R\$

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | | | |
|---|---------------|---------------|------------------|
| TÍTULO | 2024 (A) | 2023 (B) | AH % (A/B) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Ingressos | 66.638.778,31 | 60.683.427,01 | 9,81% |
| Receitas Derivadas E Originárias | 102.737,27 | 0,00 | 0,00% |
| Transferências Correntes Recebidas | 0,00 | 1.000.000,00 | -100,00% |
| Transferências Recebidas Execução Orçamentária – Rp | 65.914.099,19 | 516.624,16 | 12.658,62% |

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | | | |
|---|--------------------|---------------------|------------------|
| TÍTULO | 2024 (A) | 2023 (B) | AH % (A/B) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Outros Ingressos Operacionais | 621.941,85 | 59.166.802,85 | -98,95% |
| Desembolsos | 66.210.993,81 | 59.479.416,95 | 11,32% |
| Pessoal E Demais Despesas | 49.034.068,16 | 44.115.317,77 | 11,15% |
| Transferências Concedidas | 17.176.925,65 | 15.364.099,18 | 11,80% |
| Fluxo De Caixa Líquido Das Atividades Operacionais (I) | 427.784,50 | 1.204.010,06 | -64,47% |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Ingressos | 113.727,00 | 29.559,00 | 284,75% |
| Transferências Recebidas Execução Orçamentária – Rp | 113.727,00 | 29.559,00 | 284,75% |
| Desembolsos | 575.798,57 | 270.597,24 | 112,79% |
| Aquisição De Ativo Não Circulante | 575.798,57 | 270.597,24 | 112,79% |
| Fluxo De Caixa Líquido Das Atividades De Investimento (li) | -462.071,57 | -241.038,24 | -91,70% |

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | | | |
|--|--------------|--------------|------------------|
| TÍTULO | 2024 (A) | 2023 (B) | AH % (A/B) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Geração Líquida De Caixa E Equivalentes De Caixa (I + li + lii) | -34.287,07 | 962.971,82 | -103,56% |
| Caixa E Equivalente De Caixa Inicial (1) | 1.000.000,00 | 37.027,18 | 2.600,72% |
| Caixa E Equivalente De Caixa Final (2) | 965.712,93 | 1.000.000,00 | -3,43% |

Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios 2022 e 2023

Nota-se que no comparativo entre os dois exercícios, o fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou saldo positivo, entretanto, ocorreu redução de 64,47% em 2023. Em relação ao resultado final (Caixa e Equivalentes de Caixa Final), constata-se variação negativa de 3,43%, comparando 2023 e 2024.

O Fluxo de Caixa das atividades de Investimentos teve saldo negativo em 2024 (R\$ 462 mil) e também em 2023 (R\$ 241 mil) devido ao aumento dos desembolsos. O saldo negativo das atividades de Investimentos aumentou principalmente em razão do aumento 112,79% da aquisição de ativos não circulantes no montante de R\$ 575.798,57 em 2024.

9.9.6. Análise comparativa da Demonstração das Variações Patrimoniais dos exercícios de 2023 e 2024

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público (MCASP) 10ª edição, p. 164:

Essas variações patrimoniais podem ser definidas como:

a. Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA): corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários;

b. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD): corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.

Para fins do MCASP, p. 164-165:

Para fins deste Manual, a receita sob o enfoque patrimonial será denominada de variação patrimonial aumentativa (VPA) e a despesa sob o enfoque patrimonial será denominada de variação Secretaria do Tesouro Nacional – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 10ª Edição 165 MCASP 2023 Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e patrimonial diminutiva (VPD). Ambas não devem ser confundidas com a receita e a despesa orçamentária, que são abordadas na Parte I deste Manual.

Tabela – Comparativo das Demonstrações das Variações Patrimoniais – Variação Patrimonial Aumentativa – Exercícios de 2023 e 2024

Valores em R\$

| TÍTULO | 2024 | 2023 | AH % |
|---|---------------|---------------|--------|
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 102.597,27 | 0,00 | 100,00 |
| Transferências e Delegações Recebidas | 71.083.833,19 | 73.104.172,85 | -2,84 |
| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos | 0,00 | 4.638,86 | 0,00 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 637.552,00 | 108.076,26 | 83,05 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – VPA | 71.823.982,46 | 73.216.887,97 | -1,94 |

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais 2022 e Demonstração das Variações Patrimoniais 2023

Tabela – Comparativo das Demonstrações das Variações Patrimoniais – Variação Patrimonial Diminutiva – Exercícios de 2023 e 2024

Valores em R\$

| TÍTULO | 2024 | 2023 | AH % |
|---|---------------|---------------|---------|
| Pessoal e Encargos Sociais | 60.598.074,90 | 54.314.734,42 | 10,37 |
| Uso de Bens, Serviço e Consumo de Capital Fixo | 2.908.643,54 | 2.935.326,42 | -0,92 |
| Transferências e Delegações Concedidas | 3.756.407,49 | 12.074.879,10 | -221,45 |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | 0,00 | 6.563,77 | 0,00 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 3.992.970,00 | 3.099.816,72 | 22,37 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS – VPD | 71.256.095,93 | 72.431.320,43 | -1,65 |

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais 2022 e Demonstração das Variações Patrimoniais 2023

Em relação às Variações Patrimoniais Aumentativas, houve decréscimo de mais de R\$ 1,392 milhões (1,65%) de 2023 para 2024 em virtude, principalmente, da diminuição de R\$ 2 milhões (2,84%) das Transferências e Delegações recebidas, e aumento de R\$ 632 mil das Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras e Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.

Em relação às VPDs, em 2024, diminuíram mais de R\$ 1,175 milhões, em razão, principalmente, do acréscimo de Pessoal e Encargos Sociais de R\$ 6,283 milhões (10,37%), destacando-se nestas outras variações a conta VPD de Transferências e Delegações Concedidas, que em 2024 reduziu o valor de R\$ 8,318 milhões (221,45%).

Ainda em relação às Variações Patrimoniais Diminutivas', pode-se elencar os seguintes aumentos em 2023, além da citada Outras Variações Patrimoniais Diminutivas:

- Pessoal e Encargos de R\$ 6,283 milhões (10,37%);
- Outras Variações Patrimoniais Diminutivas de mais de R\$ 893 mil (22,37%).

O Resultado Patrimonial, apurado em 2024, demonstra superávit de R\$ 567.886,53, assim como no exercício de 2023, resultado positivo de R\$ 785.567,54. Decorrente do confronto das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) no valor de R\$ 71.823.982,46 e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) que totalizaram R\$ 71.256.095,93.

9.9.7. Das contas que compõem o Balanço Patrimonial (BP)

Esta análise é composta pelas contas do Ativo Circulante e do Ativo não Circulante que tiveram maiores impactos no exercício de 2024 e suas respectivas evoluções nos últimos cinco anos. Conforme análise vertical dos componentes do Ativo no exercício de 2024, as contas com maior representatividade foram:

Quadro – Resultado da Análise Vertical dos Valores do Ativo – Exercício de 2024

| ATIVO | CONTAS | AV % |
|----------------|-------------------------------|-------|
| Circulante | Caixa e Equivalentes de Caixa | 17,79 |
| Não Circulante | Imobilizado | 78,73 |
| | Intangível | 11,63 |

Fonte: Balanço Patrimonial 2024

Observou-se que a maior participação da classe do ativo, no exercício de 2024, ficou a cargo do ativo não circulante, referente à conta Imobilizado, com um percentual de

78,73%, seguida da Conta Intangível, com 11,63%, bem como da conta Ativo circulante Caixa e Equivalentes de Caixa, com 17,79%.

Quadro – Variação Percentual da Análise Horizontal dos Valores do Ativo – Exercícios 2024 e 2023

| ATIVO | CONTAS | AV % |
|----------------|-------------------------------|--------|
| Circulante | Caixa e Equivalentes de Caixa | 10,65% |
| Não Circulante | Imobilizado | 1,13% |
| | Intangível | 3,01% |

Fonte: Balanço Patrimonial 2024 e Balanço Patrimonial 2023

Destaca-se na conta Caixa e Equivalentes de Caixa o aumento de 10,65% quando comparado os exercícios 2024 e 2023.

9.9.8. Evolução Patrimonial das Contas do Passivo e Patrimônio Líquido

Esta análise é composta pelas contas do Passivo Circulante e Patrimônio Líquido (PL) que tiveram maiores impactos no exercício de 2024 e suas respectivas evoluções nos últimos anos.

Conforme análise vertical dos componentes do Passivo no exercício de 2023, as contas com maior representatividade foram:

Quadro – Análise Vertical dos Valores do Passivo e Patrimônio Líquido – Exercício 2024

| PASSIVO | CONTAS | AV % |
|------------|---|--------|
| Circulante | Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 43,61% |
| | Valores Restituíveis | 39,38% |

Fonte: Balanço Patrimonial 2024

Conforme percentuais apresentados, verificam-se elevações significativas nos elementos do passivo, especialmente na conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Valores Restituíveis, ocasionando efeito negativo no Passivo Circulante, que na estrutura patrimonial está representado pelo percentual de 82,99%.

9.9.9.Evolução das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

Com base na Demonstração das Variações Patrimoniais, apresento a análise vertical das contas das variações patrimoniais aumentativas para o exercício de 2024:

Para realizar esta análise, primeiro identificamos as contas que representam variações patrimoniais aumentativas e, em seguida, calculamos o percentual de cada uma em relação ao total das variações patrimoniais aumentativas.

Analisando a Demonstração das Variações Patrimoniais, as principais contas de variações patrimoniais aumentativas em 2024 estão demonstradas no quadro a seguir:

Quadro – Análise Vertical dos Valores das VPA – Exercício de 2024:

| VPA | AV% |
|---|--------|
| Transferências e Alienação de Bens, Direitos e Obrigações | 99,99% |

| VPA | AV% |
|------------------|-------|
| Variações Ativas | 0,01% |

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais 2024

Em resumo, a análise vertical das variações patrimoniais aumentativas de 2024 demonstra que a grande maioria (99,99%) do aumento patrimonial é proveniente de transferências e alienação de bens, direitos e obrigações, especificamente de transferências intragovernamentais da União. As variações ativas, como ajuste a valor justo, reversão de provisões e ganho na alienação de investimentos, representam uma parcela muito pequena (0,01%) do total das variações patrimoniais aumentativas.

9.9.10. Evolução das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

Com base na Demonstração das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), apresento a análise horizontal em percentual das contas das variações patrimoniais aumentativas para o exercício de 2024 e 2023:

Quadro – Variação Percentual dos Valores da Análise Horizontal das VPA – Exercício de 2024 e 2023:

| VPA | AH (variação %) |
|--|-----------------|
| Transferências e Delegações/Alienação de Bens, Direitos e Obrigações Recebidas | -2,87% |
| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivo/Variações Ativas | 117,27% |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | -100% |

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais 2024 e 2023

O Total das Variações Patrimoniais Aumentativas apresentou uma diminuição de 3,01% entre 2023 e 2024. A conta de Transferências e Delegações/Alienação de Bens, Direitos e Obrigações Recebidas, que representa a maior parte das VPAs,

também apresentou uma diminuição de 2,87%. Dentro desta categoria, as Transferências Intragovernamentais tiveram uma leve queda de 1,53%, enquanto as Transferências das Instituições Privadas tiveram uma redução de 100%, não aparecendo com valor significativo em 2024 no nível de detalhe apresentado.

Houve um aumento significativo de 117,27% na categoria de Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos / Variações Ativas. A rubrica de Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, conforme detalhada em 2023, não apresenta um valor correspondente significativo em 2024 no nível de detalhe fornecido, indicando uma redução de 100%.

É importante considerar que as estruturas de apresentação das contas podem ter pequenas diferenças entre os dois exercícios, o que pode afetar a comparabilidade em níveis de detalhe muito específicos. No entanto, a análise das categorias mais amplas fornece uma visão geral das principais variações percentuais nas fontes de aumento do patrimônio.

9.9.11. Evolução das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

Com base na Demonstração das Variações Patrimoniais, apresento a análise vertical das contas das variações patrimoniais diminutivas para o exercício de 2024. Para realizar esta análise, primeiro identificamos as contas que representam variações patrimoniais diminutivas e, em seguida, calculamos o percentual de cada uma em relação ao total das variações patrimoniais diminutivas.

Analizando a Demonstração das Variações Patrimoniais, as principais contas de variações patrimoniais diminutivas em 2024 estão demonstradas no quadro a seguir:

Quadro – Análise Vertical dos Valores das VPD – Exercício de 2024:

| VPD | AV% |
|----------------------------|--------|
| Pessoal e Encargos Sociais | 74,80% |

| VPD | AV% |
|---|--------|
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 4,12% |
| Transferências e Delegações Concedidas | 18,02% |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | 0,01% |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 3,05% |

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais 2024

Em 2024, a maior parte das Variações Patrimoniais Diminutivas está concentrada em Pessoal e Encargos (74,80%) e Transferências e Delegações Concedidas (18,02%). As demais categorias, como Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, Desvalorização e Perda de Ativos e Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, possuem participações menores no total das VPD em ambos os exercícios

9.9.12. Evolução das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

Com base na Demonstração das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), apresento a análise horizontal em percentual das contas das variações patrimoniais diminutivas para o exercício de 2024 e 2023:

Quadro – Variação Percentual dos Valores da Análise Horizontal das VPD – Exercício de 2024 e 2023:

| VPD | AH (variação %) |
|---|-----------------|
| Pessoal e Encargos Sociais | 5,77% |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 18,08% |

| VPD | AH (variação %) |
|---|-----------------|
| Transferências e Delegações Concedidas | 283,53% |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | 71,30% |
| Tributárias | -100% |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | -30,56% |

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais 2024 e 2023

Em resumo, houve um aumento significativo nas Transferências e Delegações Concedidas (283,53%) e na Depreciação, Amortização e Exaustão (141,94%) de 2023 para 2024. A conta de Benefícios a Pessoal passou de zero em 2023 para um valor em 2024.

Observa-se uma redução expressiva em Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos (-96,92%) e na conta de Tributárias, que deixou de apresentar valor relevante em 2024. As contas de Pessoal e Encargos e Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo apresentaram aumentos mais modestos.

A conta de Serviços dentro de "Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo" teve uma leve diminuição. Outras Variações Patrimoniais Diminutivas também apresentaram uma redução. A Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos também mostrou um aumento considerável.

REFERÊNCIAS

MINAS GERAIS. Controladoria-Geral do Estado. Programa de Integridade da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/ MG. 2ª Edição, 2024.

MINAS GERAIS. Controladoria-Geral do Estado. Planejamento Estratégico CGE 2024-2027. Belo Horizonte: CGE, 2024.

MINAS GERAIS. Controladoria-Geral do Estado. Resolução CGE nº 03, de 18 de fevereiro de 2020, que reestrutura o Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles (CGIRC) da Controladoria-Geral do Estado (CGE), instituído pela Resolução CGE nº 041/2018.

MINAS GERAIS. Controladoria-Geral do Estado. Resolução CGE nº 16, de 12 de dezembro de 2023, que aprova a revisão da Declaração de Apetite a Riscos da Controladoria-Geral do Estado.

MINAS GERAIS. Controladoria-Geral do Estado. Resolução CGE nº 17, de 12 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a revisão da Política de Gestão de Riscos da Controladoria-Geral do Estado (CGE).

MINAS GERAIS. Controladoria-Geral do Estado. Resolução CGE nº 01, de 31 de janeiro de 2024, que aprova o planejamento estratégico da Controladoria-Geral do Estado para o período de 2024 a 2027.

MINAS GERAIS. Controladoria-Geral do Estado. Resolução CGE nº 10, de 1º de agosto de 2024, que institui o regimento interno da Controladoria-Geral do Estado.

MINAS GERAIS. Controladoria-Geral do Estado. Resolução CGE nº 12, de 12 de setembro de 2024, que institui o programa de integridade da Controladoria-Geral do Estado.

MINAS GERAIS. Controladoria-Geral do Estado. Resolução CGE nº 15, de 07 de outubro de 2024, que Altera os art. 23, 33, 34 e 38 da Resolução CGE nº 10, de 1º de agosto de 2024, que institui o Regimento Interno da Controladoria-Geral do Estado.

ANEXO A – INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEMG Nº 14/2011

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14/2011

Ver também DN 3/11; DN 4/11

Disciplina a organização e a apresentação das contas anuais dos administradores e demais responsáveis por unidades jurisdicionadas das administrações direta e indireta estadual e municipal, para fins de julgamento.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 102, de 17/01/08, pelo inciso XXIX do art. 3º da Resolução nº 12, de 17/12/08, e pelo inciso I do art. 3º da Resolução nº 06, de 27/05/09, e considerando a competência para julgar as contas dos administradores e demais responsáveis pela gestão de recursos públicos estaduais e municipais, nos termos do inciso II do art. 76 e do § 4º do art. 180 da Constituição do Estado de Minas Gerais,

RESOLVE:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As contas anuais dos administradores e demais responsáveis por unidades jurisdicionadas das administrações direta e indireta estadual e municipal serão organizadas e apresentadas ao Tribunal de acordo com as disposições desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Instrução, considera-se:

I - contas anuais, o conjunto de documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial encaminhados ao Tribunal, na forma de tomada ou de prestação de contas, para fins de julgamento da gestão dos responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos durante o exercício financeiro;

II - prestação de contas anual, o procedimento pelo qual o responsável por órgãos e entidades estaduais e municipais apresenta documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial destinado a comprovar, perante o Tribunal, a regularidade da gestão dos recursos públicos durante o exercício financeiro;

III - tomada de contas anual, o procedimento pelo qual o órgão competente toma as contas dos responsáveis por unidades de gestão financeira e patrimonial, compreendendo o conjunto de documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial destinado a comprovar, perante o Tribunal, a regularidade da gestão dos recursos públicos durante o exercício financeiro;

IV - tomada de contas extraordinária, o procedimento instaurado pelo Tribunal nos casos em que as contas a ele devidas não tenham sido prestadas no prazo legal, nos termos do inciso VI do art. 3º da Lei Complementar nº 102/2008, ou se o forem sem atender aos requisitos legais e regulamentares quanto à sua correta instrução;

V – processo de contas, o processo constituído no âmbito do Tribunal para julgamento das contas anuais dos administradores e demais responsáveis por unidades jurisdicionadas das administrações direta e indireta estadual e municipal e daqueles que derem causa a prejuízo ao erário, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

VI - processo de contas anuais, o processo de contas referentes ao exercício financeiro, constituído pelo Tribunal segundo critérios de risco, materialidade, relevância e oportunidade;

VII – controles internos, o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizados com vistas a assegurar a conformidade dos atos administrativos e concorrer para que os objetivos e as metas estabelecidos sejam alcançados;

VIII – órgãos de controle interno, as unidades setoriais e seccionais integrantes do sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, bem como as auditorias internas, incumbidos, dentre outras funções, da verificação da consistência e qualidade dos controles internos, bem como do apoio às atividades de controle externo exercidas pelo Tribunal, nos termos do art. 74 da Constituição da República de 1988;

IX – eficiência, a habilidade de desempenhar-se bem e economicamente, produzindo o máximo com o mínimo de recursos, energia e tempo;

X – eficácia, a capacidade ou potencialidade para alcançar os resultados almejados;

XI – efetividade, a capacidade de atendimento às demandas da sociedade conforme o disposto na Constituição da República de 1988 e demais normas garantidoras de direitos fundamentais;

XII – materialidade, a representatividade dos valores ou volume de recursos efetivamente geridos ou do dano causado ao erário;

XIII – relevância, a observância de normas constitucionais, em especial daquelas voltadas a assegurar direito fundamental;

XIV– risco, a possibilidade de prejuízo à eficiência, eficácia e efetividade dos órgãos e entidades jurisdicionados, bem como às políticas e projetos públicos, em razão da ausência, insuficiência ou ineficácia dos controles, ou indício de mau gerenciamento ou de má fé na gestão de recursos públicos;

XV – seletividade, a priorização das ações de fiscalização mais efetivas, considerando o potencial de risco;

XVI – tempestividade, a proximidade temporal entre a ação de controle e os atos controlados, de modo a permitir a adoção de medidas saneadoras ou dar mais eficácia às medidas corretivas;

XVII – concomitância, o acompanhamento de programas e ações em desenvolvimento, possibilitando a adoção de medidas saneadoras tempestivas;

XVIII - caráter preventivo, a atuação que previna a ocorrência de irregularidades ou o mau uso dos recursos públicos, e não apenas os detecte depois de consumados, quando são de difícil reparação ou correção;

XIX – publicidade, o dever de divulgar os atos e os resultados da Administração Pública para a sociedade, órgãos e entidades interessados, de forma transparente;

XX – transparência, o dever de tornar a Administração Pública e os resultados da fiscalização mais acessíveis à sociedade, de modo, inclusive, a favorecer o controle social.

Art. 2º Constituem unidades jurisdicionadas ao Tribunal, para os efeitos desta Instrução:

I – os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público;

II – as empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado e pelos Municípios;

III – fundos estaduais e municipais;

IV – as demais unidades que, em razão de previsão legal, devam prestar contas ao Tribunal.

TÍTULO II

DAS CONTAS ANUAIS

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO E DA APRESENTAÇÃO

Art. 3º O Tribunal definirá anualmente, em decisão normativa, as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão processos de contas anuais constituídos para fins de julgamento, assim como os conteúdos e a forma das peças que os comporão e os prazos de apresentação.

§ 1.º – A seleção das unidades jurisdicionadas a que se refere o caput deste artigo pautar-se-á:

I - nas diretrizes de controle externo estabelecidas nos termos do art. 227 da Resolução nº 12/2008;

II - nos critérios de classificação de risco da Matriz de Risco do Tribunal;

III - nos resultados dos acompanhamentos, auditorias, inspeções e demais procedimentos de fiscalização realizados durante o exercício, e de outros processos;

IV - nas informações obtidas junto aos demais órgãos de controle da gestão pública, em especial os integrantes da Rede de Controle da Gestão Pública de Minas Gerais nos termos do Acordo de Cooperação Técnica firmado em 20/11/2009.

§ 2.º Além da seleção por meio dos critérios elencados no parágrafo anterior, o Tribunal poderá escolher outras unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão

processos de contas anuais constituídos, por sorteio público, a ser regulamentado em ato normativo próprio.

Art. 4º As contas anuais serão remetidas ao Tribunal preferencialmente em meio eletrônico, conforme o disposto em decisão normativa.

Parágrafo único. As contas poderão ser individuais, quando apresentadas pelo responsável por unidade jurisdicionada, ou agregadas, quando envolverem mais de uma unidade.

Art. 5º As contas anuais dos administradores e demais responsáveis não selecionadas para encaminhamento ao Tribunal permanecerão nos órgãos e entidades jurisdicionados, observando-se, para sua composição, o disposto para os processos de contas anuais constituídos e, para sua guarda, a legislação aplicável à gestão documental.

Parágrafo único. O Tribunal poderá requisitar as informações e documentos constantes das contas anuais para:

- I - subsidiar a realização de ações de fiscalização ou a análise de outros processos; e
- II – constituir processo de contas anuais, para fins de julgamento, caso tenha ciência de fatos ou informações que justifiquem a abertura do processo.

CAPÍTULO II

DO ROL DE RESPONSÁVEIS

Art. 6º Serão arrolados nas contas anuais, observado o disposto nos parágrafos deste artigo, os titulares e seus substitutos que, durante a gestão de que trata as contas, assumirem as responsabilidades de:

- I – dirigente máximo da unidade jurisdicionada de que trata as contas;
- II – dirigente máximo de órgão ou entidade executora ou gestora dos fundos e demais programas estaduais ou municipais;
- III – dirigente máximo de agente financeiro dos fundos estaduais ou municipais;
- IV – membro de diretoria;
- V – membro de conselho de administração, deliberativo, curador ou fiscal;
- VI – dirigente de unidade administrativa ou gerente responsável pela gestão de programa governamental;
- VII – dirigente de unidade administrativa ou gerente responsável pela gestão patrimonial;
- VIII – dirigente de unidade administrativa ou gerente responsável pela gestão de valores mobiliários do Estado ou de Município;
- IX – ordenador de despesas;
- X- encarregado pelo controle de operações de crédito, avais, garantias e direitos do Estado ou de Município;
- XI– encarregado da gestão orçamentária e financeira ou outro corresponsável por atos de gestão;
- XII – encarregado de arrecadação de receitas; ou
- XIII – encarregado de almoxarifado ou de material em estoque.

§ 1º Nas contas anuais dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público serão arrolados os responsáveis previstos nos incisos I, VII, IX, XI, XII e XIII deste artigo.

§ 2º Nas contas anuais dos órgãos da administração direta do Poder Executivo serão arrolados os responsáveis previstos nos incisos I, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII deste artigo.

§ 3º Nas contas anuais das autarquias e fundações serão arrolados os responsáveis previstos nos incisos I, IV, V, VII, IX, XI, XII e XIII deste artigo, no que couber.

§ 4º Nas contas anuais das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado ou por Município serão arrolados os responsáveis previstos nos incisos I, IV, V e XI, deste artigo.

§ 5º Nas contas anuais dos fundos estaduais ou municipais serão arrolados os responsáveis previstos nos incisos I, II, III, IX, X, XI e XII deste artigo.

§ 6º Nos caso de liquidação, extinção ou intervenção em autarquia ou fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou outra empresa controlada direta ou indiretamente pelo Estado, serão arrolados, também, o liquidante, o inventariante ou o interventor.

§ 7º Nos casos de delegação de competência, serão arroladas as autoridades delegantes e delegadas, desde a delegação originária.

Art. 7º Constarão do rol a que se refere o artigo anterior:

I – nome, completo sem abreviaturas, e número do Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF/MF);

II – identificação dos cargos ou funções exercidos, com a indicação das respectivas atribuições e responsabilidades e, quando for o caso, a especificação da competência delegada, nos termos do § 7º do art. 6º desta Instrução;

III – indicação dos períodos de gestão, por cargo ou função;

IV – identificação dos atos de nomeação, designação ou exoneração, incluindo a data de publicação no órgão oficial de imprensa;

V – endereço residencial completo; e

VI – endereço eletrônico.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DAS CONTAS ANUAIS

Art. 8º As contas anuais serão compostas dos seguintes documentos:

I - rol de responsáveis, observado o disposto no Capítulo II do Título II desta Instrução Normativa;

II – relatório de gestão;

III – relatórios sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial;

IV – pareceres sobre os atos de gestão emitidos por unidades administrativas competentes, órgãos ou entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada; e

V – demonstrativos e demonstrações necessários à evidenciação das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

§ 1º O conteúdo dos documentos relacionados neste artigo, bem como a indicação de outras informações e documentos a serem encaminhados, serão detalhados na decisão normativa a que se refere o art. 3º desta Instrução, considerando as necessidades de informação que permitam examinar a regularidade das contas e a conduta dos responsáveis.

§ 2º As contas serão acompanhadas do relatório e parecer do órgão de controle interno.

CAPÍTULO IV DA TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

Art. 9º Se as contas não forem apresentadas no prazo ou se não forem atendidos os requisitos legais e regulamentares quanto a sua constituição, o Tribunal instaurará a tomada de contas extraordinária.

§ 1º Após a autuação do processo de tomada de contas extraordinária, o responsável será intimado a apresentar as contas ou proceder a sua regularização, no prazo de até 15 (quinze) dias.

§ 2º Não apresentadas no prazo a que se refere o parágrafo anterior, as contas serão consideradas irregulares, sem prejuízo da aplicação de multa nos termos da Lei Complementar nº 102/2008.

TÍTULO III DO CONTROLE INTERNO

Art. 10 As contas anuais serão acompanhadas do relatório subscrito pelo responsável pelo órgão de controle interno, devendo conter:

I - avaliação do cumprimento e da execução das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;

II - avaliação dos resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

III - avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário, especificando, quando for o caso, as sindicâncias, inquéritos, processos administrativos ou tomadas de contas especiais, instaurados no período e os respectivos resultados, indicando números, causas, datas de instauração e de comunicação ao Tribunal;

IV - relação das auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial realizadas, indicando as providências adotadas diante das falhas, irregularidades ou ilegalidades porventura constatadas;

V - declaração de que foi verificada e comprovada a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

VI - parecer conclusivo sobre as contas anuais; e

VII – outras informações estabelecidas na decisão normativa a que se refere o art. 3º desta Instrução.

§ 1º - Verificada em inspeção ou auditoria, ou em outro procedimento de fiscalização, irregularidade ou ilegalidade que não tenha sido comunicada tempestivamente ao Tribunal, e caracterizada a omissão, o dirigente do órgão de controle interno, na qualidade de responsável solidário, ficará sujeito às sanções previstas na Lei Complementar n. 102/2008, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

§ 2º Deverão acompanhar o relatório a que se refere o caput deste artigo os esclarecimentos solicitados pelo controle interno ao titular do órgão ou dirigente da entidade sobre as contas.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 Para o acompanhamento da gestão das unidades jurisdicionadas, o Tribunal poderá determinar a apresentação de informações em periodicidade inferior a um ano, sem prejuízo das obrigações estabelecidas pela decisão normativa prevista no art. 3º.

Art. 12 As contas anuais são de caráter público e serão divulgadas no Portal do Tribunal.

Art. 13 Esta Instrução Normativa entra em vigor em 01 de janeiro de 2012.

Art. 14 Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Governador Milton Campos, em 14 de dezembro de 2011.

Conselheiro Presidente Antônio Carlos Doorgal de Andrada
(Diário Oficial de Contas de 20.12.2011).

